



RELATÓRIO DE GESTÃO DA EPL EXERCÍCIO 2018



APROVADO

DIREX

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

APROVADO PELA DIRETORIA

Empresa de Planejamento e Logística S. A. - EPL

Brasília, 2019.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE FIGURAS	7
1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE.....	8
2. GOVERNANÇA DA EPL	9
2.1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	9
2.1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua missão e visão.....	9
2.1.2 Composição acionária do capital social.....	9
2.1.4 Ambiente Externo.....	10
3. RESULTADOS DA GESTÃO	13
3.1 Planejamento Estratégico Institucional - PEI	13
3.2 Governança.....	14
3.2.1 Estruturas de Governança.....	15
3.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	15
3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos	15
3.4.1 Gestão de Riscos.....	15
3.4.2 Controles Internos.....	16
4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	16
4.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	16
4.2 Desempenho da Execução Orçamentária – impactos do contingenciamento	22
4.3 Desempenho da Execução Financeira	23
4.4 Gestão de Pessoas	24
4.5 Gestão de Licitação e Contrato.....	24
4.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	26
4.7 Gestão da Tecnologia da Informação	26



5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	27
5.1 Desempenho Orçamentário	29
ANEXO I – Relatório Auditoria Independente	31
ANEXO II - Balanço Patrimonial.....	35
ANEXO III - Demonstrações de Resultado.....	36
ANEXO IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	37
ANEXO V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	38
ANEXO VI - Demonstração do Resultado Abrangente	39
ANEXO VII - Notas Explicativas.....	40
6. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	57

APROVADO PELA DIREX

LISTA DE SIGLAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAC	Componentes Ambientais Concluídos
CAPEX	<i>Capital Expenditure</i>
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DN	Decisão Normativa
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EAP	Estudos Ambientais Protocolados
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EPL	Empresa de Planejamento e Logística S.A.
IGEST-PESSOAS	Índice de Capacidade de Gestão de Pessoas
IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas
IGOV-PESSOAS	Índice de Governança de Pessoas
IN	Instrução Normativa
ONTL	Observatório Nacional de Transporte e Logística
OPEX	<i>Operational Expenditure</i>
PAC	Programa anual de Capacitação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Planejamento Ambiental Estratégico
PDLOG	Plano Diretor de Logística
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação
PNL	Plano Nacional de Logística
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UPC	Unidade Prestadora de Contas
VALEC	VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2018.....	27
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Missão, Visão e Atributos de Valor EPL.....	9
Figura 2 - Organograma EPL	10
Figura 3 - Estruturação de Projetos	11
Figura 4 - Planejamento Ambiental Estratégico.....	12
Figura 5 - Sistema de Informações Ambientais para Infraestrutura.....	12
Figura 6 Ameaças e Oportunidades.....	12
Figura 7 - Modelo de Negócios	13
Figura 8 - Mapa Estratégico da EPL	13
Figura 9 - Indicadores de Desempenho 2018	14
Figura 10 - Governança EPL.....	14
Figura 11 - Estrutura de Governança.....	15
Figura 12 - Execução por Grupo e Ação	17
Figura 13 - Dotação e Execução das despesas	17
Figura 14 - Execução Financeira (Valores pagos)	20
Figura 15 - Transferências.....	20
Figura 16 - Execução por Grupo e Elemento da Despesa	21
Figura 17 - Execução por Grupo e Elemento da Despesa	22
Figura 18 - Gestão patrimonial e infraestrutura	26
Figura 19 - Gestão da tecnologia da informação.....	26
Figura 20 - Governança e Gestão de TI.....	27
Figura 21 - Desempenho Orçamentário	29
Figura 22 - Declaração do Contador	30

1. MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE



ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA

DIRETOR-PRESIDENTE

O principal objeto da Empresa de Planejamento e Logística – EPL é prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País.

Sua motivação segue a orientação do Governo Federal que manteve o compromisso de criar oportunidades de investimentos e fomentar a geração de renda e emprego, dando celeridade aos projetos de infraestrutura.

Ao desenvolver novas ferramentas de gestão e reestruturar suas prioridades e esforços, além de aprimorar suas práticas técnicas e gerenciais, a EPL buscou cumprir os desafios propostos no Planejamento Estratégico Institucional e procura seguir as diretrizes formuladas pelo seu órgão de vinculação.

A EPL, comprometida com as políticas públicas e buscando priorizar o interesse coletivo, persegue os ideais por meio da sua Missão, Visão e Valores.

Em 2018, com o auxílio de métodos inovadores, publicou o Plano Nacional de Logística – PNL com horizonte para 2025 demonstrando com isso ganhos globais de eficiência no sistema logístico nacional.

A EPL tratou ainda de atender a demandas importantes como à estruturação de projetos, nos modais rodoviário, ferroviário e portuário e a obtenção de licenças ambientais que no ano de 2018 contou com o aprimoramento de questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, com o desenvolvimento do Planejamento Ambiental Estratégico.

A EPL está em processo de reestruturação empresarial para atender com excelência as demandas previstas e assumir novos desafios. Seu objetivo maior é fortalecer seu papel empreendedor nas questões voltadas ao planejamento e a logística de transportes no país.

2. GOVERNANÇA DA EPL

2.1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

2.1.1 Identificação da UPC e Declaração da sua missão e visão

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. – EPL presta serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no país, consideradas as estruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

Com a determinação de alcançar os seus objetivos, a EPL por meio da ferramenta do Planejamento Estratégico Institucional da EPL definiu como missão, visão e atributos de valor as declarações da Figura 1.


RESULTADOS	MISSÃO: Planejar e promover os transportes e a logística do País	ATRIBUTOS DE VALOR: Celeridade, Transparência, Sustentabilidade, Inovação, Credibilidade, Pessoas, Ética e Integridade	
	VISÃO: Ser referência em planejamento (nacional, integrado, sustentável) de transportes e logística até 2020		
Resultados da criação e/ou adaptação das estruturas de governança das empresas			
Indicadores de Governança		Gestão, Controle e Auditoria, Transparência das Informações, Conselhos, Comitês e Diretoria	
IG-SEST - Certificado com selo de Governança SEST		Evolução do nível 04 para o nível 02	
TCU (IGG) - índice integrado de governança e gestão públicas		Evolução de 13% com relação ao ano anterior	

Figura 1 - Missão, Visão e Atributos de Valor EPL

2.1.2 Composição acionária do capital social

Até dezembro de 2018 o capital social da EPL foi de R\$86.341.472,53 (oitenta e seis milhões, trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos) dividido em cinquenta mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100% (cem por cento) são de titularidade da União.

2.1.3 Estrutura organizacional

O quadro de pessoal da EPL autorizado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST foi de 143 (cento e quarenta e três) profissionais disponibilizados em três diretorias conforme Figura 2 – Organograma EPL.

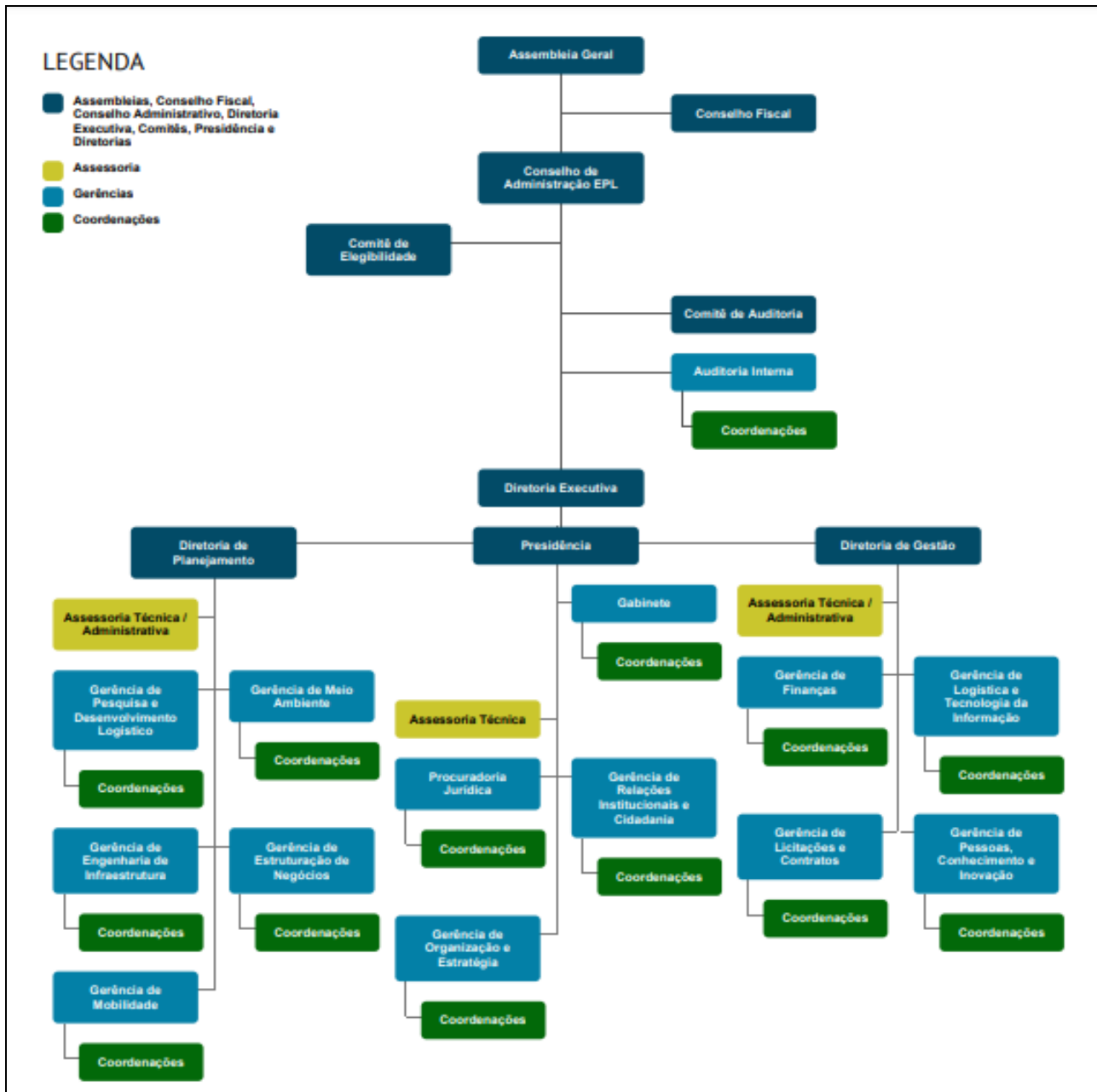


Figura 2 - Organograma EPL

2.1.4 Ambiente Externo

A EPL fundamentalmente exerce atividades de planejamento e as materializações das ações derivadas deste planejamento dependem de políticas governamentais e contextos econômicos que propiciem a realização de intervenções públicas estruturantes.

Ciente do papel primordial que possui, a Empresa buscou qualificar seus profissionais, aprimorar suas soluções tecnológicas, implantar melhorias de processos e sistematização de entregas para otimizar sua participação junto à retomada do crescimento do país.

As premissas adotadas em prol da sociedade, a favor da sustentabilidade, da eficiência logística e da redução de custos conceberam a entrega principal do ano que foi o projeto Plano Nacional de Logística – PNL com empreendimentos e investimentos necessários para aperfeiçoar a infraestrutura até o ano de 2025.

Para que o PNL contribua com a melhoria da movimentação de cargas e pessoas que circulam por todo o país, é primordial que se tenha informações existentes em relação à infraestrutura.

Em 2018, a EPL disponibilizou o Portal ONTL contendo um acervo de conteúdo, publicações e painéis analíticos a fim de produzir e difundir conhecimento para a sociedade e prover informações estratégicas para a governança do setor de transporte e logística como um ciclo integrado de planejamento (<https://www.ontl.epl.gov.br/>).

A EPL realizou Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para modais de transporte e com isso obteve efetiva participação no monitoramento semanal dos 6 marcos de projeto estabelecidos pelo Ministério da Infraestrutura para a realização de uma concessão. Os marcos de projeto seguiram uma ordem cronológica de realização e foram denominados: Estudos, Consulta Pública, Acórdão TCU, Edital, Leilão e Contrato.

A Figura 3 retrata a dinâmica da Empresa frente aos modais de transporte aos quais ela contribui.

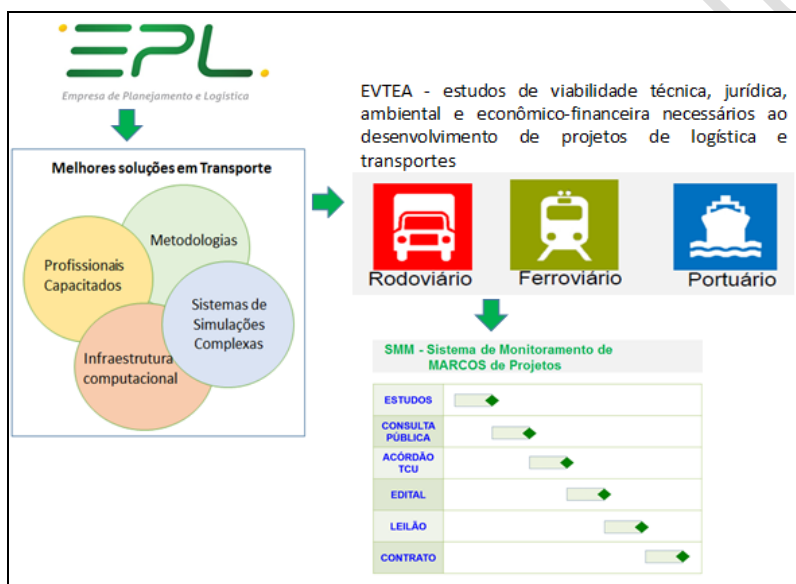


Figura 3 - Estruturação de Projetos

Ainda na condição de estudos técnicos de projetos, em 2018 os processos de licenciamento ambiental permitiram agilidade na emissão de licenças ambientais para melhoria de capacidade, restauração ou instalação de novos empreendimentos, diminuindo assim o risco de atraso no início das atividades objeto do contrato de concessão.

A Figura 4 apresenta o Planejamento Ambiental Estratégico – PAE, fundamentado no conceito de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, que propõe estudar, de maneira integrada, os empreendimentos constantes do PNL, envolvendo os órgãos ambientais, partícipes e sociedade civil já na etapa de planejamento de transportes, objetivando proporcionar maior segurança técnica, econômica e jurídica no desenvolvimento dos projetos do setor, minimizando riscos e otimizando recursos.



Figura 4 - Planejamento Ambiental Estratégico

Para os anos subsequentes o PAE prevê o desenvolvimento de um Sistema de Informações Ambientais para Infraestrutura - SIAI, conforme a Figura 5. A EPL está à frente do projeto e em 2018 formalizou parcerias com algumas instituições que produzem dados relevantes para a plataforma.

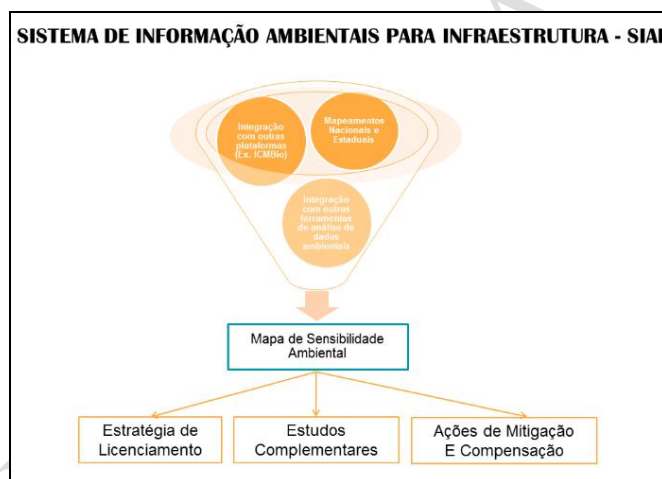


Figura 5 - Sistema de Informações Ambientais para Infraestrutura

A Figura 6 apresenta algumas oportunidades e ameaças externas identificadas para a consecução dos projetos:

AMBIENTE EXTERNO	<p>Oportunidades identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Facilidade de acesso a entes públicos e privados em função de vinculação supraministerial; Consolidação do PNL como instrumento técnico e dinâmico de planejamento integrado de médio e longo prazo, coordenado e permanente para o setor de transporte do país; Necessidade de desenvolvimento da infraestrutura e de serviços de transportes no país; e Consolidação como ente essencial do processo de planejamento do setor de transporte e logística do país, dotado de informações e equipe técnica qualificadas. 	<p>Ameaças identificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> A incapacidade de resposta frente a demandas contempladas no Plano de Negócios, bem como a outras não programadas e emergenciais inerentes ao papel da EPL, em função de restrições do quadro funcional, tanto na dimensão quantitativa quanto qualitativa; A impossibilidade de contratação de consultorias técnicas especializadas em apoio às atividades previstas; A indisponibilidade de dados atualizados e confiáveis com o fito de subsidiar o processo de planejamento; A descontinuidade na orientação técnico-administrativa para o desenvolvimento das atividades previstas; A necessidade de revisão/ajustes das atividades e estudos elaborados pela EPL em razão de novos entendimentos e exigências oriundos dos Órgãos de Controle; A dificuldade de articulação com entes públicos e privados para consolidação do planejamento integrado de transporte; O contingenciamento adicional em decorrência de restrições fiscais que podem impactar a execução das atividades previstas; e A dificuldade na estruturação de projetos de implantação de infraestrutura em decorrência da conjuntura econômica.
-------------------------	---	--

Figura 6 Ameaças e Oportunidades

2.1.5 Modelo de Negócios

A integração das ações da EPL valoriza seu segmento de mercado através de valores, que envolvem parceiras, atividades finalísticas, recursos, receitas, perspectivas e comunicação conforme representado na Figura – 7.

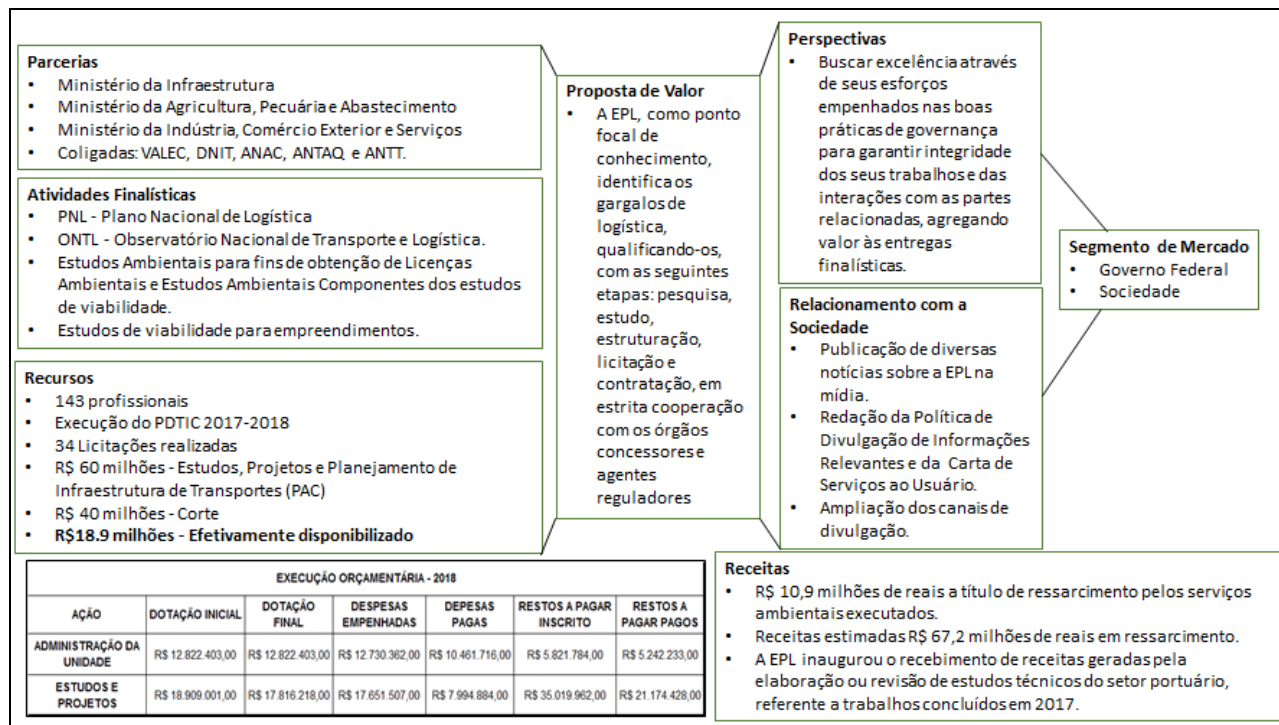


Figura 7 - Modelo de Negócios

3. RESULTADOS DA GESTÃO

3.1 Planejamento Estratégico Institucional - PEI

O Planejamento Estratégico Institucional – PEI (Figura 8) fortalece e direciona a estratégia organizacional.

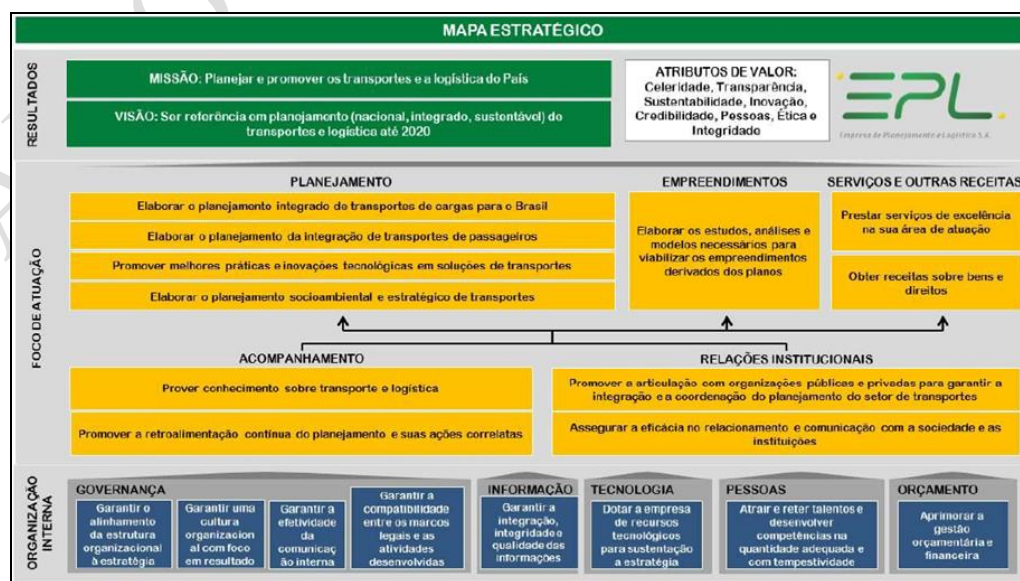


Figura 8 - Mapa Estratégico da EPL

No processo de planejamento e gestão, o *Balanced Scorecard – BSC* demonstrou uma visão sistêmica das principais decisões e em 2018 o PEI logrou progresso através das Oficinas de Organização e Estratégica na qual foram definidos projetos que foram medidos trimestralmente através de indicadores para acompanhamento das metas.

A íntegra do Resultado da Análise de Metas e Resultados do ano de 2018 poderá ser consultada no endereço: <https://www.epl.gov.br/metas-e-resultados>.

INDICADORES DE DESEMPENHO CORPORATIVO 2018	META ANUAL	RESULTADO FINAL
I. Restos a Pagar Executados	100%	65,00%
II. Índice de Licitações Estratégicas Concluídas	80%	0,00%
III. Índice de Execução do Projeto de Governança da TIC	50% a 60%	71,19%
IV. Índice de Execução do PAC 2018	80%	0,00%
V. Estudos Ambientais Protocolados nos Órgãos Competentes (EAP)	100%	88,89%
VI. Componentes Ambientais Concluídos (CAC)	100%	100%
VII. Contratação e Análise de Estudos e Projetos	100%	100%
VIII. Relatórios Técnicos do PNL aprovados	100%	100%
IX. ONTL 1 - Relatórios Técnicos Projetos EPL/ INECO	100%	89,00%
X. ONTL 2 - Publicação de Boletins/ Diagnóstico	100%	100%
XI. ONTL3 - Publicação do Portal WEB	100%	100%

Figura 9 - Indicadores de Desempenho 2018

3.2 Governança

A EPL busca na administração de seus recursos, planejar e promover políticas públicas de forma a desburocratizar processos, consolidar informações e transmitir segurança para atrair investidores para o país. Para tanto segue uma visão sistêmica do processo de gestão conforme Figura 10 com enfoque nos resultados.

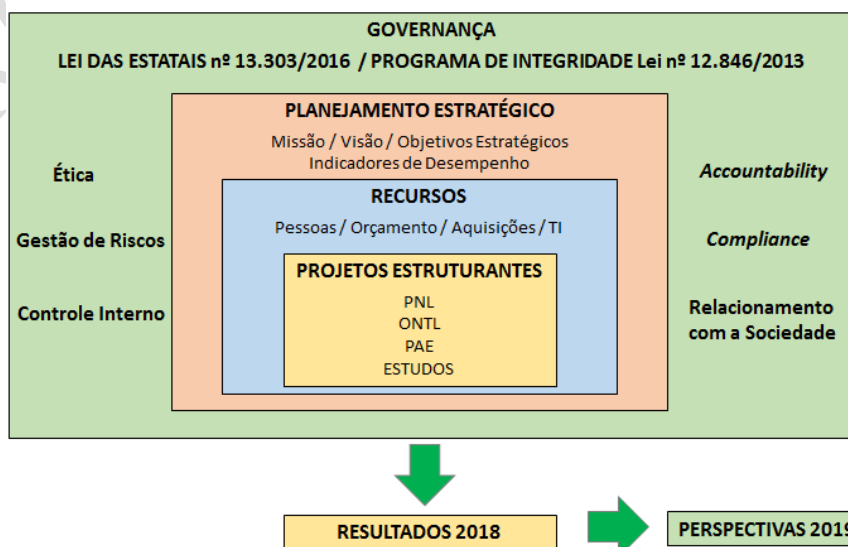


Figura 10 - Governança EPL

3.2.1 Estruturas de Governança

A existência de diversos níveis de gestão, do corpo técnico, coordenação e gerência à Diretoria Executiva, Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Assembleia Geral, garantem qualificação e “linhas de defesa”, na estruturação de seus trabalhos técnicos.

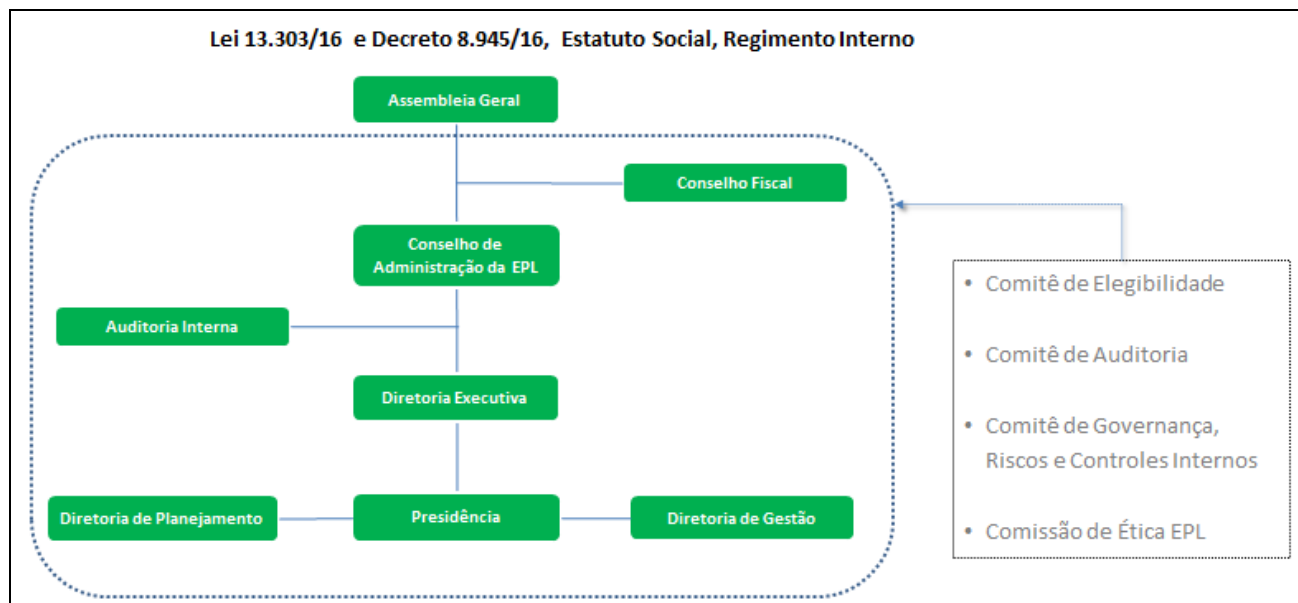


Figura 11 - Estrutura de Governança

A atuação ou até mesmo criação de comitês, com poderes deliberativos ou executivos, no ano de 2018, qualificaram as tomadas de decisões da Empresa favorecendo o senso comum.

A Auditoria Interna também teve seu papel relevante no desempenho das atividades específicas, remetendo-se ao Conselho de Administração e aos órgãos de Controle Interno e Externo periodicamente. No ano em questão, auditou processos que foram registrados no SIAUD – Sistema Integrado de Auditoria Interna.

3.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

No intuito de garantir efetividade na comunicação a EPL disponibilizou canais de informação ao cidadão e em 2018 publicou a Carta de Serviço ao Usuário em seu portal na internet, <https://www.epl.gov.br/carta-de-servicos-ao-usuario>.

3.4 Gestão de Riscos e Controles Internos

3.4.1 Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos na EPL está em fase de aprimoramento, contudo, em meados de 2018, foram realizadas atividades de Identificação de Riscos na EPL com base nos projetos finalísticos desenvolvidos para alcançar os objetivos estratégicos na perspectiva foco de atuação.

Mesmo em fase preliminar, com as atividades de Identificação de Riscos, a partir dos resultados obtidos, foi possível a elaboração do Plano Geral de Gerenciamento de Riscos da EPL. Este documento trata de uma visão em atendimento as legislações pertinentes e com o objetivo de fomentar o ambiente interno quanto à necessidade de gerir de riscos para minimizar imprevistos.

Em função da complexidade e abrangência de Gestão de Risco Empresarial, este processo é realizado de forma gradual e contínua com credibilidade nas atividades desenvolvidas e participação decisiva da alta administração.

3.4.2 Controles Internos

Em 2018, os principais normativos internos publicados com o objetivo de orientar as unidades organizacionais e atender a gestão e fiscalização dos recursos públicos empregados foram:

- Regulamento de Licitações que aprova os procedimentos relativos às licitações de obras, bens, serviços, compras e alienações de interesse da EPL, editado nos termos do artigo 40, da Lei nº 13.303/2016;

- Regulamento de Gestão e Fiscalização de Contratos que aprova os procedimentos relativos à gestão dos contratos administrativos e documentos equivalentes firmados pela EPL;

- Regulamento de Dispensa e Inexigibilidade que aprova os procedimentos a serem observados pela EPL em matéria de contratações realizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, que ficam sujeitas à observância dos procedimentos determinados na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e no presente Regulamento;

4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Com um quadro técnico característico e orçamento restrito as ações desenvolvidas caminharam numa sequência lógica com índices de criticidade como gravidade, urgência e tendência para o atendimento das demandas solicitadas.

4.1 Gestão Orçamentária e Financeira

O valor total da proposta orçamentária/2018 da EPL encaminhada ao Congresso Nacional foi de R\$ 111,8 milhões. Todavia ocorreu um cancelamento no valor de R\$42,4 milhões, sendo a dotação aprovada no autógrafo de R\$69,3 milhões.

A Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.587/2018 consignou de dotação orçamentária na Ação Administração da Unidade, a qual é utilizada para a manutenção administrativa e funcionamento da EPL, o valor de R\$12,8 milhões sendo que, para Pessoal e Encargos Sociais, o valor aprovado foi de R\$40,1 milhões.

Na Ação de Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), o valor disponibilizado foi de R\$18,9 milhões. Está em face às realizações dos projetos de responsabilidade da EPL, os quais foram aplicados na expansão e na modernização de infraestrutura de transportes brasileira, tal como o Plano Nacional de Logística - PNL, o Observatório Nacional de Transportes e Logística - ONTL e os Licenciamentos Ambientais.

Porém, ocorreu o bloqueio de crédito de R\$0,9 milhões, ficando disponível para movimentação e empenhos, o valor de R\$17,9 milhões de limite de dotação orçamentária, conforme foi demonstrado pela EPL junto ao Ministério da Fazenda.

O Decreto nº 9.276, de 2/2/2018, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2018, estabeleceu o limite para pagamento na dotação do PAC, o valor de R\$17,9 milhões, no entanto, o Decreto nº 9.452, de 30/07/2018, elevou o limite para R\$32,0 milhões com vistas acobertar os restos a pagar existentes.

Figura 1

Execução por Grupo e Ação

Grupo/Ação			2018					2017					Em R\$			
			Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago* (E)	Dotação Atual (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago* (J)				
1	PESSOAL E ENCARGOS	0022 SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	300.000	59.093	59.093	59.093	130.000	0								
		20TP ATIVOS CIVIS DA UNIAO	39.813.830	32.920.132	32.192.001	30.551.941	33.507.818	32.472.432	31.358.336	31.358.336	516.293					
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0022 SENTENCAS JUDICIAIS DEVIDAS POR EMPRESAS ESTATAIS	200.000	0			150.000	31.235	31.235	31.235						
		2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	12.488.883	12.483.451	10.238.485	10.233.547	18.900.905	12.835.306	7.343.835	7.342.347	2.343.347					
		2004 ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	392.662	326.264	314.108	281.298	315.516	273.222	268.672	268.672	13.602					
		2010 ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS					155.232	143.473	143.473	143.473	43.118					
		2011 AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITA					528	0								
		2012 AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILIT										432.611	1.300.000	867.389	867.389	207.529
		216H AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB					21.144									
		212B BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	1.061.160	1.042.194	746.128	645.910										
		20UA ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSP	1.988.093	1.354.982	834.294	834.294										
		8785 GESTAO E COORDENACAO DO PAC					182.826	2.580.254	1.299.412	1.073.656	1.073.656	185.980				
4	INVESTIMENTOS	2000 ADMINISTRACAO DA UNIDADE	333.520	246.911	228.169	228.169	2.202.769	163.493	56.001	56.001	69.600					
		20UA ESTUDOS, PROJETOS E PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSP	15.828.125	15.828.125	6.925.310	6.925.310	21.174.428	24.631.172	24.631.172	1.052.116	1.052.116	11.799.143				
TOTAL			72.406.273	64.261.153	51.537.589	49.759.562	27.036.649	83.895.338	73.149.745	42.194.712	42.193.225	15.178.612				

Figura 12 - Execução por Grupo e Ação

Dotação e Execução das despesas

GRUPO DE DESPESA	2018						2017						Em R\$	
	Dotação Atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago* (E)	Total pago (F)	Dotação Atual (G)	Empenhado (H)	Liquidado (I)	Pago (J)	RP Pago* (K)	Total pago (N)	Varição R\$ (L)=D-I	Varição % (M)=D/I
PESSOAL E ENCARGOS	40.113.830	32.979.225	32.251.094	30.611.034		30.611.034	33.637.818	32.472.432	31.358.336	31.358.336	516.293	31.874.629	(747.302)	-2,38%
CUSTEIO	16.130.798	15.206.892	12.133.015	11.995.049	5.788.437	17.783.487	23.423.579	15.882.648	9.728.260	9.726.772	2.793.576	12.520.348	2.268.277	23,32%
INVESTIMENTOS	16.161.645	16.075.036	7.153.478	7.153.479	21.248.212	28.401.690	26.833.941	24.794.665	1.108.116	1.108.117	11.868.743	12.976.859	6.045.362	545,55%
TOTAIS	72.406.273	64.261.153	51.537.587	49.759.562	27.036.649	76.796.211	83.895.338	73.149.745	42.194.712	42.193.225	15.178.612	57.371.837	7.566.337	566,49%

*RP Pago: Restos a Pagar Processados e Não Processados

Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 13 - Dotação e Execução das despesas

Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio, totalizaram R\$17,0 milhões, abrangendo as despesas com o apoio às atividades finalísticas, manutenção institucional e demais gastos de custeio. Instrui-se que do montante acima mencionado, 55,1% dos pagamentos referem-se à locação do imóvel Sede da EPL, condomínio e serviços de tecnologia da informação contratados para ofertar a sustentação da infraestrutura de tecnologia, fundamentais para o funcionamento e a consecução das atividades da EPL.

A despesa com Pessoal foi utilizada para pagamento de vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil.

Em relação aos investimentos pagos no exercício de 2018, merecem destaques os pagamentos com:

- Aquisição de software para modelagem de traçados rodoviários;
- Estudos ambientais para concessão de rodovias;
- Elaboração de estudos visando à concessão de trechos rodoviários;
- Desenvolvimento de metodologias em Terminais Portuários Arrendáveis em Portos Públicos para: (a) auditoria e *due diligence* legal; (b) a realização de estudos de *opex*, capacidade e dimensionamento; (c) a realização de estudos de *capex*, capacidade, **layout**, e dimensionamento;
- Desenvolvimento de metodologia de bens reversíveis em concessões rodoviárias;
- Desenvolvimento para análise e estruturação de projetos de infraestrutura; e
- Transferência de conhecimento e experiências para a implementação de produtos do Observatório Nacional de Transporte e Logística - ONTL.

Execução Financeira (Valores pagos)

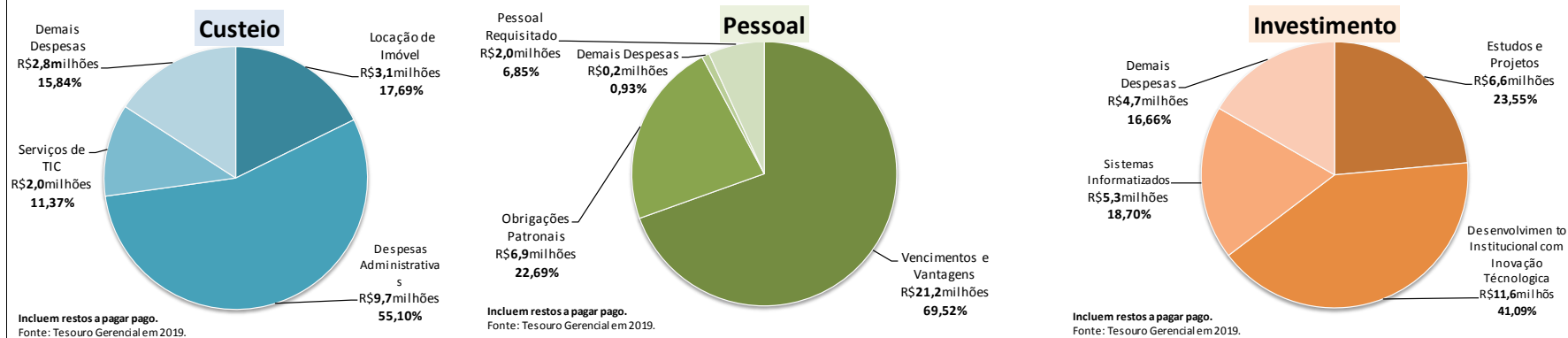


Figura 14 - Execução Financeira (Valores pagos)

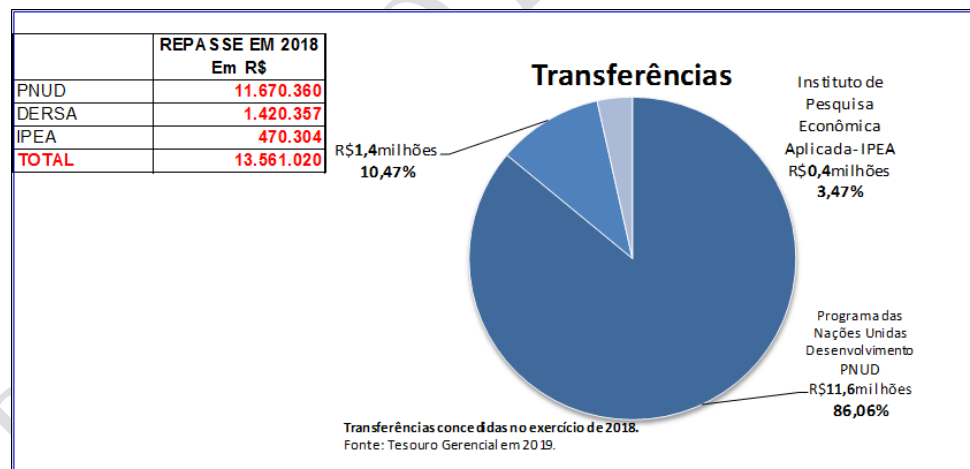


Figura 15 - Transferências

Figura 5

**Execução por Grupo e Elemento da Despesa
Maiores variações - 2018**

Pessoal	
Elemento da Despesa	Valor pago (Em R\$)
11 - Vencimentos e Vantagens	21.281.852
13 - Obrigações Patronais	6.946.596
96 - Ressarcimento de Pessoal Requisitado	2.097.490
Totais	30.325.939

Custeio	
Elemento da Despesa	Valor pago (Em R\$)
37 - Locação de Imóvel	3.146.546
39 - Administrativas	9.798.037
40 - Serv. TIC e Comunicação	2.021.802
Totais	14.966.386

Investimento	
Elemento da Despesa	Valor pago (Em R\$)
39 - Estudos e Projetos	6.689.267
41 - Des.Inst.com Inovação Tec.	11.670.360
51 - Sistemas Informatizados	5.310.519
Totais	23.670.146

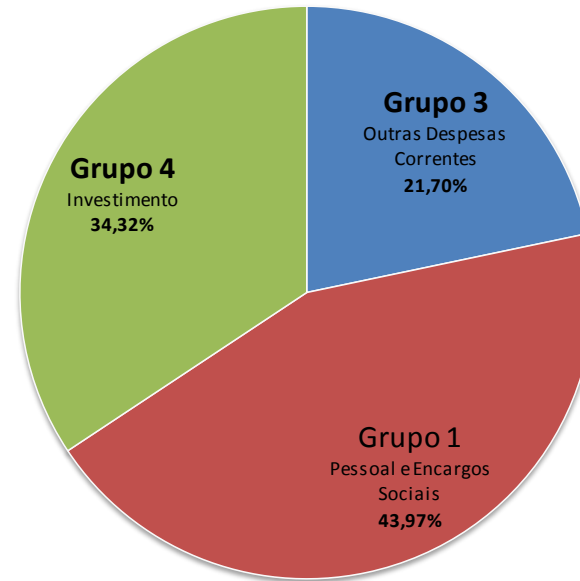


Figura 16 - Execução por Grupo e Elemento da Despesa

APROVADA

Execução Financeira (Valores pagos) - Empresa de Planejamento e Logística - EPL			
Execução por Grupo e Elemento da Despesa			
Grupo	Elemento	Valores Pagos Em R\$	
Pessoal e Encargos Sociais	11	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	21.281.852
	13	Obrigações patronais	6.946.596
	16	Outras despesas variáveis - pessoal civil	226.002
	91	Sentenças judiciais	59.093
	96	Ressarcimento despesas pessoal requisitado	2.097.490
TOTAL		30.611.034	
Outras Despesas Correntes	08	Outros benef.assist. Do servidor e do militar	126.015
	14	Diárias - pessoal civil	205.126
	30	Material de consumo	2.449
	33	Passagens e despesas com locomoção	913.449
	35	Serviços de consultoria	18.460
	36	Outros serviços de terceiros - física	96.573
	37	Locação de mão-de-obra	3.146.546
	39	Administrativas	9.798.037
	40	Serv. TIC e Comunicação	2.021.802
	47	Obrigações tributárias e contributivas	1.150.726
	91	Sentenças judiciais	8.000
93	Indenizações e restituições	296.301	
TOTAL		17.783.487	
Investimento	35	Serviços de consultoria	2.573.753
	39	Estudos e Projetos	6.689.267
	40	Serv. TIC e Comunicação	939.000
	41	Des.Inst.com Inovação Tec.	11.670.360
	47	Obrigações tributárias e contributivas	133.085
	51	Serviços Informatizados	5.310.519
	52	Equipamentos e material permanente	1.085.707
TOTAL		28.401.690	

Figura 17 - Execução por Grupo e Elemento da Despesa

4.2 Desempenho da Execução Orçamentária – impactos do contingenciamento

Registra-se que o maior impacto do contingenciamento ocorreu em estudos e projetos, que inicialmente, vislumbrou-se a necessidade orçamentária de R\$107,0 milhões para

Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes, porém, nesta Ação, em função dos prelimites estabelecidos, os valores almejados não puderam sequer, compor a Proposta Orçamentária Anual/2018, sendo, portanto, enviado ao Congresso Nacional o valor de limitado à R\$60 milhões, e ainda por cima ocorreu um cancelamento no valor de R\$41,0 milhões, quando da publicação da Lei - Orçamentária Anual de 2018, representando, neste, um corte 68% (sessenta e oito por cento), restando R\$18,9 milhões de dotação disponível.

O impacto maior com a restrição orçamentária se deu no fluxo de caixa da EPL, quando o teto financeiro ficou limitado ao montante da dotação do exercício, para honrar os compromissos com estudos e projetos.

Principais impactos do contingenciamento

Em função da restrição orçamentária a EPL foi obrigada a reprogramar o orçamento para assegurar a prestação de serviços essenciais, fazendo mais com menos.

- renegociação dos valores contratuais com diminuição dos quantitativos.

Medidas mitigadoras

A adoção de medidas em relação ao contingenciamento levou a EPL demonstrar, junto ao Tesouro Nacional, a necessidade da expansão do limite financeiro para estudos e projetos o qual foi liberado, somente, no segundo semestre de 2018 no valor de R\$14,0 milhões.

4.3 Desempenho da Execução Financeira

Desafios

A EPL tem envidado esforços na superação dos desafios e obstáculos perseguindo uma gestão corporativa que envolva o desenvolvimento de processos internos de controle e mitigação de riscos adotando sempre as melhores práticas de governança.

- Conseguir manter a estrutura de funcionamento da EPL mesmo diante do atual cenário de restrição fiscal e das limitações emanadas da Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos);
- Aprimorar a qualidade dos gastos públicos mesmo com frequentes contingenciamentos;
- Implementar manuais de procedimentos com o objetivo de aprimorar a gestão orçamentária e financeira da EPL.

Ações

- Racionalização dos gastos da EPL;
- Conscientização dos profissionais da necessidade de economizar na utilização de papel, água, luz, telefone, material de expediente;
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, com vistas a redução da utilização de papel e impressoras, tornando a governança mais sustentável;
- Substituição do contrato de locação de veículos pela contratação do MobEPL (aplicativo mobile).

4.4 Gestão de Pessoas

As ações desenvolvidas em 2018 na gestão de pessoas permitiram que os indicadores referentes à unidade de Pessoas, iGovPessoas (índice de governança de pessoas) e iGestPessoas (índice de capacidade de gestão de pessoas), no processo de avaliação da governança e gestão de pessoas realizado pelo TCU, subissem sensivelmente em 15% e 9% respectivamente, com evolução diagnosticada em quase todas as disciplinas-chave da unidade.

(i) Política de Remuneração dos administradores e membros de colegiados:

Os valores da remuneração mensal dos Administradores, dos Conselheiros Fiscais e dos Membros do Comitê de Auditoria foram fixados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO e alinhados com os artigos 32 a 35 do Estatuto Social, sendo que a remuneração praticada para os Conselheiros não poderia ser inferior a 10% (dez por cento) da remuneração média mensal dos Diretores. Por sua vez, a remuneração praticada para os Membros do Comitê de Auditoria não poderia ser inferior ao praticado para os Membros do Conselho Fiscal. Em 2018, a remuneração dos Diretores da EPL foi compatível ao Teto Remuneratório Constitucional no valor de R\$ 29.274,26 (vinte e nove mil duzentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

(ii) Política de Participação de Empregados e Administradores nos Resultados da Entidade:

A política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade é uma modalidade de pagamento de dividendos, lucros ou juros, não praticados na Empresa uma vez que a EPL é 100% (cem por cento) dependente dos recursos da União, capital fechado, sociedade anônima na qual o capital social representado pelas ações está em posse do Governo Federal.

4.5 Gestão de Licitação e Contrato

Em 2018, a Gerência de Licitações e Contratos focou em padronização de documentos em busca de fortalecimento institucional das regras em licitações e contratos, em conformidade com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Ademais, durante o 2º semestre de 2018, foram realizadas rodadas de treinamentos com os profissionais da empresa, objetivando ampliar o conhecimento desses profissionais nas novas regras dos Regulamentos Internos de Licitações e Contratos, com base na Lei das Estatais.

Quanto ao gerenciamento de contratos todos os contratos da EPL foram gerenciados e monitorados por meio da plataforma ContratosGov, aprimorando a racionalidade das rotinas e proporcionando segurança quanto à legalidade e aos resultados esperados.

Vale ressaltar que as informações sobre a identificação de licitações e contratos administrativos da EPL, estão disponibilizadas integralmente no site da empresa. Tal ação demonstra o compromisso com a transparência e os resultados da aplicação de recursos públicos.

A EPL informa que não dispõe de contratação de publicidade/ propaganda a não ser de objeto de divulgação de publicidade legal, para validar atos de publicação de consultas / audiências / abertura de licitações (contrato com a EBC).

A respeito do tema da avaliação dos reflexos da desoneração, no ano de 2013 foi iniciada a instrução processual visando identificação dos contratos passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro, conforme consta dos documentos do Processo nº 50840.000075/2014-81, que se encontra em tramitação.

A EPL procedeu com as notificações das empresas eventualmente beneficiadas pelo Plano Brasil Maior.

Todavia, nada obstante às ações adotadas pela EPL para o atendimento da demanda, em 01.04.2015, foi disponibilizada no Portal de Compras do Governo Federal, a informação do conhecimento do pedido de reexame, com efeito suspensivo, em relação aos itens 9.2 e 9.3 do Acordão 2.859/2013 - TCU – Plenário, o que impedia o prosseguimento do feito em relação aos itens sobrescritos até que houvesse decisão final pela Corte de Contas.

Destarte, após aproximadamente 3 (três) anos da suspensão quanto ao prosseguimento das revisões dos Contratos estipuladas no Acordão 2859/2013-TCU-Plenário, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 23 de abril de 2018, por meio do Ofício Circular nº. 170/2018-MP, encaminhou para conhecimento o novo Acordão nº 671/2018- TCU e solicitou informações quanto à adoção das medidas necessárias ao cumprimento do item 9.2 e seus subitens, daquele Acordão do TCU.

Posto isto, a EPL retomou as ações visando identificar as empresas que eventualmente foram beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento, bem como definiu os procedimentos a serem adotados com vistas ao eventual reequilíbrio econômico financeiro dos contratos (encerrados e vigentes). Ressalta-se que os contratos identificados são de Tecnologia da Informação e Tecnologia da Informação e Comunicação nos termos do Decreto nº 7.828/2012, desta forma é importante o alinhamento interno antes da ratificação das empresas que poderiam ser beneficiadas com a desoneração da folha de pagamento.

Após as manifestações pertinentes, EPL adotará os procedimentos definidos no Roteiro de Orientações expedido pela SLTI. Concluído o levantamento dos contratos e com a documentação fornecida pelas empresas eventualmente beneficiadas, a Empresa procederá com o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, observando a orientação expedida pela SEST.

4.6 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A EPL preza por otimizar seus custos através de um maior controle dos bens e melhora no aproveitamento de instalações e equipamentos. Na Figura 18 constam os principais acontecimentos da gestão patrimonial e de infraestrutura.

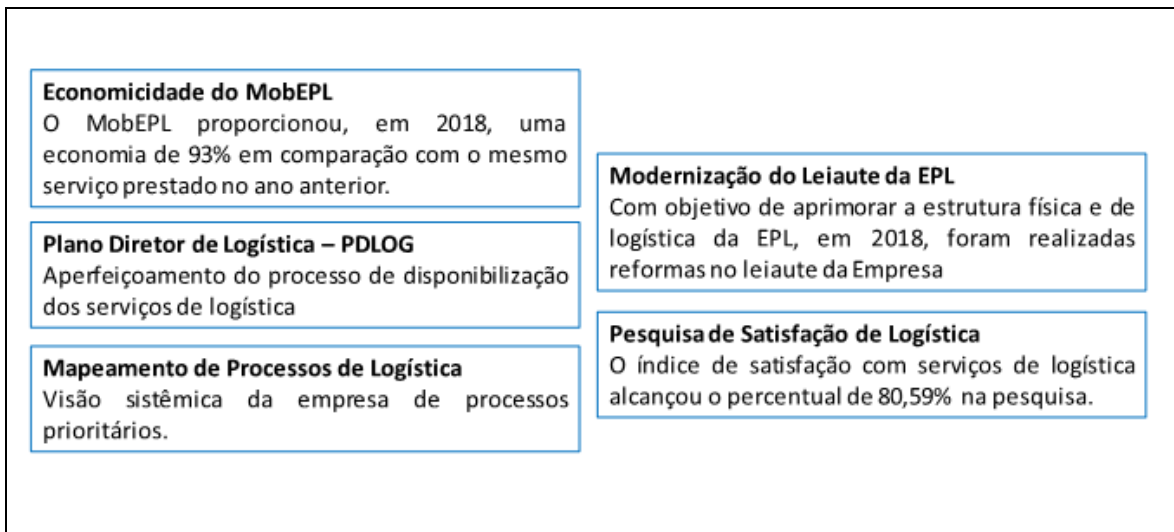


Figura 18 - Gestão patrimonial e infraestrutura

4.7 Gestão da Tecnologia da Informação

A Gerência de Logística e Tecnologia da Informação (GELTI) realizou, em 2018, a manutenção do parque tecnológico da EPL. Na Figura 19 constam os principais acontecimentos da Gestão da Tecnologia da Informação.

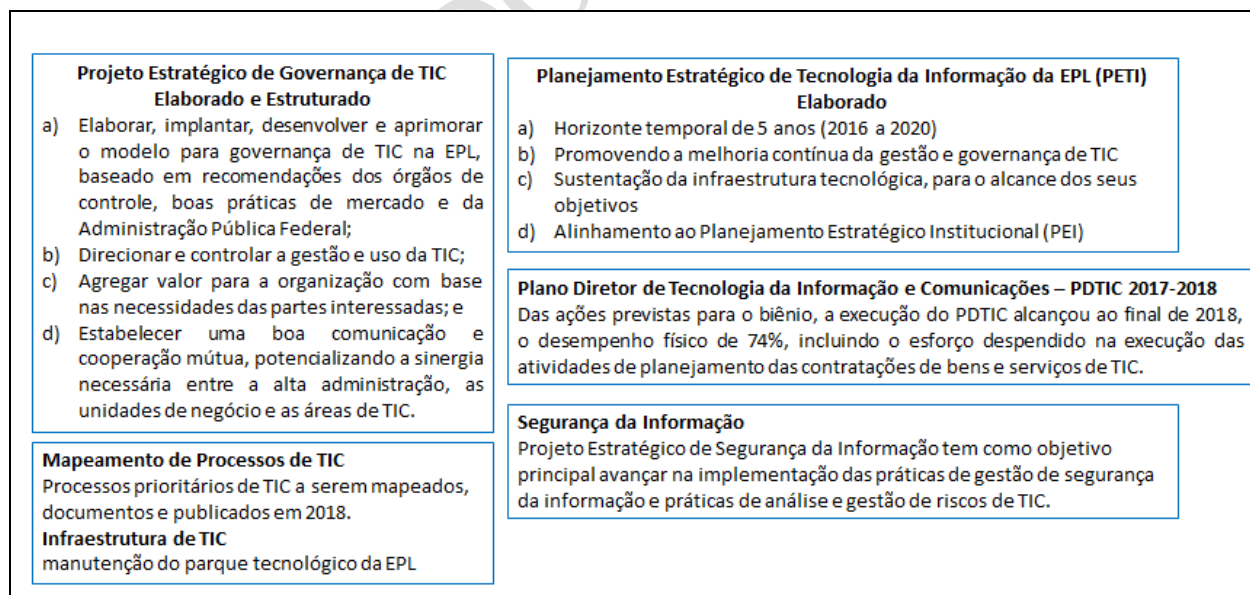


Figura 19 - Gestão da tecnologia da informação

Os feitos da Gestão de tecnologia da informação apontaram resultados evidenciados através do salto expressivo do índice integrado de governança e gestão públicas (iGG) do TCU, colocando a EPL hoje no perfil aprimorado de governança e gestão de acordo com a Figura 25 – Governança e Gestão de TI.

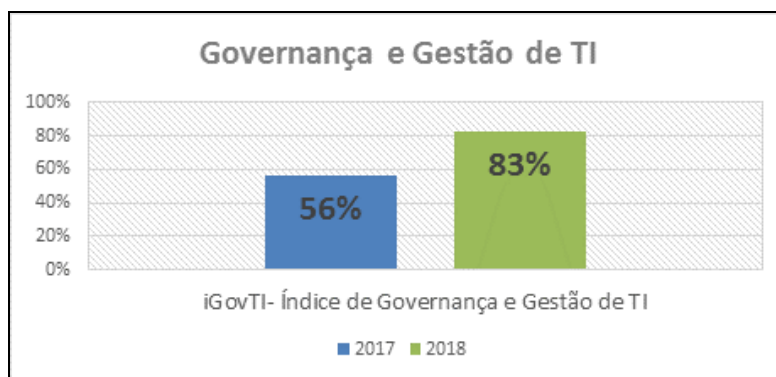


Figura 20 - Governança e Gestão de TI

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes financeiras emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com as alterações promovidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e de acordo com as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP (Brazilian Generally Accepted Accounting Principles) – assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os fatos contábeis foram registrados pelo Valor Original e os saldos apresentados em unidade de Real (R\$ 1).

	2018	2017
Receita de Prestação de Serviço	1.031.180	0
Receita de Capital	6.848.304	0
Receita de Subvenções Governamentais	66.287.638	43.632.212
Outras Receitas Operacionais	0,00	263
Despesas Operacionais	73.219.644	55.172.734
Receitas (-) Despesas Financeiras	1.682.000	-758.353
Tributos Sobre Lucro Real (Imp. Renda e Cont. Social)	706.220	0
Receita Não Operacional	40.185	0
Despesa Não Operacional	111.869	2.898
Lucro Líquido do Exercício	1.735.567	-12.301.510
Liquidez Corrente	7,41	6,83
Capital Social Integralizado	86.341.472	53.492.397

Tabela 1 - Informações Econômico-Financeiras EPL 2018

No exercício de 2018 a Empresa realizou a Prestação de Serviço de Estudos de Viabilidade Técnica na importância de R\$ 1.031.180,39, realizou a entrega de Licenças de Instalação - LI e obteve o ganho de R\$ 6.848.304,39 de Receita de Capital, e recebeu 66.287.638,34, a título de subvenção governamental, recursos que suportaram as despesas com estudos, termos de compromisso, despesas de funcionamento, pessoal e encargos.

A Empresa recebeu também do Tesouro Nacional a importância de R\$ 12.360.204,77 para aplicação em investimentos, sendo contabilizado como adiantamento para futuro aumento de capital, no Patrimônio Líquido. Mediante a evolução da EPL para obtenção de Receitas em 2018, o resultado final apresentado foi superávit de R\$ 1.735.567,25 para o exercício.

5.1 Desempenho Orçamentário

A depreciação e amortização dos bens patrimoniais da empresa são feitas de forma linear, de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCT 16.9 e 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, com depreciação dos bens corpóreos/imobilizado, com base na vida útil estimada, e amortização dos bens intangíveis/incorpóreos.

Em relação ao exercício de 2018, foi registrado um Déficit Orçamentário de 54 Milhões, evidenciado no seguinte quadro:

Receitas						
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
RECEITAS CORRENTES	515.903	515.903	1.787.203	1.271.300		
Receita Patrimonial	511.571	511.571	776.795	265.224		
Receitas de Serviços	-	-	1.010.408	1.010.408		
Outras Receitas Correntes	4.332	4.332	-	4.332		
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	8.147.405	8.147.405		
Alienação de Bens	-	-	8.147.405	8.147.405		
Total das Receitas Orçamentárias (I)	515.903	515.903	9.934.608	9.418.705		
Despesas						
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
DESPEAS CORRENTES	58.364.030	56.244.628	48.186.117	44.384.110	42.606.083	8.058.511
Pessoal e Encargos Sociais	35.992.504	40.113.830	32.979.225	32.251.094	30.611.034	7.134.605
Outras Despesas Correntes	22.371.526	16.130.798	15.206.892	12.133.016	11.995.049	923.906
DESPEAS DE CAPITAL	11.000.000	16.161.645	16.075.036	7.153.479	7.153.479	86.609
Investimentos	11.000.000	16.161.645	16.075.036	7.153.479	7.153.479	86.609
Total das Despesas Orçamentárias (II)	69.364.030	72.406.273	64.261.153	51.537.589	49.759.562	8.145.120
Resultado Orçamentário (III) = (I-II)	DEFICIT		(54.326.545)			

Figura 21 - Desempenho Orçamentário

As demonstrações financeiras da EPL constam como Anexos do Relatório de Gestão, e estão disponíveis no endereço eletrônico: www.epl.gov.br/demonstracoes-financeiras.

ANEXO I – Relatório Auditoria Independente

ANEXO II – Balanço Patrimonial

ANEXO III – Demonstrações do Resultado

ANEXO IV – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ANEXO V – Demonstrações do Fluxo de Caixa

ANEXO VI – Demonstrações do Resultado Abrangente

ANEXO VII - Notas Explicativas

A EPL é uma empresa pública de direito privado de capital societário, e por força da Lei nº 6.404/76, faz-se necessária à publicação das demonstrações financeiras dentro da qual o Relatório da Auditoria Independente especializada é parte integrante.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (Órgão Superior)		Código do Órgão	
Empresa de Planejamento e Logística S/A – EPL		39253	
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONCONTIR, CONINCONS, CONINDBAL), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília - DF	Data	28/02/2019
Contador Responsável	Fábio César de Carvalho	CRC nº	SP-253409/O-9 T-DF




Fábio César de Carvalho
Contador
CPF - 253409 / O - 9T - DF

Figura 22 - Declaração do Contador

ANEXO I – Relatório Auditoria Independente

Assevera-se que é de responsabilidade do auditor independente analisar e emitir relatório acerca das demonstrações contábeis da instituição em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Os aludidos serviços foram prestados pela empresa de auditoria Aguiar Feres Auditores Independentes S/S-EPP e contratada pela modalidade Pregão, oportunidade que originou o Contrato Administrativo nº 04/2017, que tem por objeto a prestação de serviços de auditoria independente nas demonstrações contábeis trimestrais, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e a Lei nº 6.404/76, com vigência contratual de 09/06/2018 a 08/06/2019, no valor de R\$ 18.767,16.

	RIBEIRÃO PRETO Rua Visconde de Inhaúma, 400 – Conjunto 801 Ribeirão Preto – SP – Cap 14010-100 (16) 3832.3100 (16) 3832.3111	E-mail: aguiaferes@aguiaferes.com.br Home-page: www.aguiaferes.com.br CVM 9.555 CRC-SP 28P022486/O Homologado BACEN OCB/OCESP
---	--	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Gestores da
EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL
Brasília (DF)

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Planejamento e Logística - EPL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Empresa de Planejamento e Logística - EPL, consoante os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os chamados "Principais assuntos de auditoria" são aqueles que, em nosso julgamento profissional, são os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses temas foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo, bem como na formação de nossa opinião sobre tais evidências contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses pontos.

A seguir, relatamos os principais assuntos tratados:

- A maior variação ocorreu na conta 1.1.5.02 – Clientes a Receber, relativos ao ressarcimento de licenças, concedida pela ANTT, para o recebimento no montante de R\$ 12.706.426 (R\$ 4.679.708 – Concebra Concessionária; e R\$ 8.026.718 – Concessionária BR 040). A Companhia encaminhou cobrança as concessionárias, indicando-a como beneficiária do referido ressarcimento.
- Teste de recuperabilidade dos ativos (Impairment).
- Confirmações externas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas demais informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade consiste em ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se este se encontra inconsistente com as demonstrações contábeis, com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou se, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se acaso concluirmos, com base no trabalho realizado, que há distorção significativa no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa de Planejamento e Logística - EPL em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa de Planejamento e Logística - EPL são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos desta empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa de Planejamento e Logística - EPL.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Outros


Chamamos a atenção para o fato que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram auditadas por nossa firma, cujo relatório foi emitido em 01/02/2018 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 07 de fevereiro de 2019.




AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC2SP 022486/O-4 CVM - 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O "S" DF

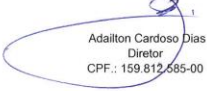
ANEXO II - Balanço Patrimonial

		31 de dezembro de		31 de dezembro de			
		Notas	2018	2017	Notas	2018	2017
Balanço Patrimonial							
Ativo		Passivo					
Ativo Circulante	3.1	38.111.838	13.841.587	Passivo Circulante	4.1	5.143.906	2.026.745
Banco Conta Movimento		4.018.495	4.649.667	Contas a Pagar	4.1.1	5.143.906	2.026.745
Tesouro limite de Saque	3.1.1	4.018.495	4.649.667	Fornecedores	4.1.1.1	87.455	1.045.180
Aplicações Financeiras		19.598.751	7.723.631	Salários a Pagar	4.1.1.2	1.628.248	0
Caixa Econômica Federal	3.1.2	19.598.751	7.723.631	Consignações a Recolher	4.1.1.3	58.135	3.200
Conta Víncula		938	1.689	Caução	4.1.1.4	938	1.689
Caução	3.1.3	938	1.689	Impostos e Taxas a Recolher	4.1.1.5	711.159	0
				Credores diversos	4.1.1.6	0	45.329
				Provisões Trabalhistas	4.1.1.7	2.657.971	931.347
Outros Créditos	3.1.4	14.493.654	1.466.600				
Estoque	3.1.4.1	110.377	133.898				
Adiantamento a Empregados	3.1.4.2	236.485	240.737				
Imposto a Recuperar	3.1.4.3	876.715	704.007				
Créditos a Receber	3.1.4.4	12.716.426	14.000	NÃO CIRCULANTE	4.2	848.897	17.764.585
Despesas Diferidas	3.1.4.5	137.572	0	Crédito para Aumento de Capital	4.2.1	0	17.416.457
Depósito Recursal/Judicial	3.1.4.6	416.079	373.958	Provisões p/Causas Trabalhista/Cível	4.2.2	848.897	348.128
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.3	68.118.016	36.108.694
NÃO CIRCULANTE	3.2	35.998.981	42.058.437	Capital Integralizado	4.3.1	86.341.473	53.492.397
Imobilizado		4.129.984	4.938.069	Crédito Para Aumento de Capital	4.3.2	12.360.204	14.935.525
Bens Móveis	3.2.1	4.129.984	4.842.615	Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.3.3	-30.583.661	-32.319.228
Bens Imóveis		0	95.454				
Intangíveis	3.2.2	31.868.997	37.120.368				
TOTAL DO ATIVO		74.110.819	55.900.024	TOTAL DO PASSIVO		74.110.819	55.900.024


As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias



Jorge Luiz Macedo Bastes
Diretor Presidente
CPF.: 468.488.207-04



Adailton Cardoso Dias
Diretor
CPF.: 159.812.585-00



Fábio César de Carvalho
Contador
CRC/SP 253409/O-9 T-DF

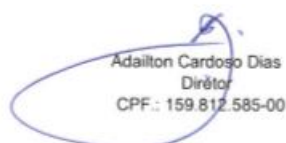
APROVADO

ANEXO III - Demonstrações de Resultado

Demonstração do Resultado		31 de dezembro de	
RECEITAS OPERACIONAIS	Notas	915.172	-
Receita Operacional	5.1	1.031.180	-
Outras Receitas Operacionais		-	-
Custos dos Produtos e dos Serviços		(116.008)	-
			-
DESPESAS OPERACIONAIS	5.2	73.219.644	55.172.734
Despesas Administrativas		56.443.440	47.942.409
Pessoal e Encargos	5.2.1	36.352.684	33.144.288
Despesa com Material de Consumo	5.2.2	187.834	32.074
Serviços de Terceiros	5.2.3	12.688.818	9.335.219
Outros Serviços de Terceiros	5.2.4	1.043.167	1.029.736
Despesas Tributárias	5.2.5	509.892	227.519
Despesa Depreciação/Amortização	5.2.6	5.160.276	4.093.573
Provisões com Causas Trabalhistas	5.2.7	500.769	80.000
Despesas com Infraestrutura		16.776.204	7.230.325
Despesas com Estudos e Projetos	5.2.8	2.980.219	2.000.599
Despesas com Acordo de Cooperação Técnica	5.2.9	13.795.985	5.229.726
Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras		(72.304.472)	(55.172.734)
Receitas e Despesas Financeiras	5.3	1.682.001	(758.353)
Receitas Financeiras	5.3.1	2.359.423	816.220
Despesas Financeiras	5.3.2	(677.422)	(1.574.573)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DE SUBVENÇÃO		(70.622.471)	(55.931.087)
SUBVENÇÃO PARA CUSTEIO		66.287.638	43.632.212
Repasses Recebidos da União	5.4	66.287.638	43.632.212
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	5.5	6.888.491	263
Alienação de Bens	5.5.1	6.848.304	-
Outras Receitas Operacionais	5.5.2	40.187	263
RESULTADO OPERACIONAL		2.553.658	(12.298.612)
RECEITA NÃO OPERACIONAL		-	-
DESPESA NÃO OPERACIONAL	5.6	(111.870)	(2.898)
Multas Punitivas		(111.870)	(2.898)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DA PROVISÃO CSLL/IRPJ	5.7	2.441.788	(12.301.510)
Contribuição Social		(193.294)	-
Imposto de Renda		(512.927)	-
RESULTADO FINAL DO PERÍODO	5.8	1.735.567	(12.301.510)

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias


 Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor Presidente
 CPF.: 406.486/207-04


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF.: 159.812.585-00


 Fábio César de Carvalho
 Contador
 CRC/SP 253409/O-9 T-DF

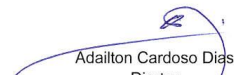
ANEXO IV - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



Histórico	Notas	Capital Social	Créditos p/ Aumento do Capital-AFACs	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		50.000.000		(20.346.756)	29.653.244
Ajustes de Exercícios Anteriores				894.690	894.690
Resultado do Exercício		-		(20.387.612)	(20.387.612)
Integralização do Capital c/AFACs		33.562.951			33.562.951
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		83.562.951		(39.839.678)	43.723.273
Integralização do Capital c/AFACs		9.769.124		-	9.769.124
Redução do Capital Social Integralizado		(39.839.678)		-	(39.839.678)
Amortização Prejuízo Acumulado		-		39.839.678	39.839.678
Crédito Para Aumento de Capital-AFACs		-	14.935.525		14.935.525
Ajustes de Exercícios Anteriores		-		(20.017.718)	(20.017.718)
Resultado do Exercício		-		(12.301.510)	(12.301.510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017		53.492.397	14.935.525	(32.319.228)	36.108.694
Integralização do Capital c/AFACs	4.3.1	32.849.076	(14.935.525)	-	17.913.551
Crédito Para Aumento de Capital-AFACs	4.3.2	-	12.360.204		12.360.204
Resultado do Exercício	5.7	-		1.735.567	1.735.567
Saldo em 31 de Dezembro de 2018		86.341.473	12.360.204	(30.583.661)	68.118.016

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias


 Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor Presidente
 CPF: 408.486.207-04


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF: 159.812.585-00


 Fábio César de Carvalho
 Contador
 CRC/SP 253409/O-9 T-DF

APROVADO

ANEXO V - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

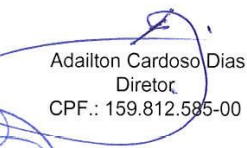
Demonstração dos Fluxos de Caixa



		31 de dezembro de	
	Notas	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Receita Financeira	6.1	2.319.406	816.220
Caução p/ Garantia em Moeda Corrente		(750)	-
Fornecedores	6.2	(13.862.120)	(10.397.030)
Estoque (Almoxarifado)		(141)	2.884
Despesa com Acordo de Cooperação Técnica	6.3	(13.795.985)	(5.229.726)
Adiantamento a Empregados	6.4	4.252	18.609
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(181.639)
Impostos a Recuperar	6.5	(327.449)	(75.614)
Despesas Diferidas	6.6	(137.572)	-
Outros Valores a Recuperar		4.000	-
Depósito Recursal	6.7	(42.121)	(1.819)
Pagamento das Obrigações	6.8	691.180	(670.064)
Despesas Tributárias	6.9	(422.662)	(227.519)
Despesas Financeiras	6.10	(292.198)	(2.898)
Pessoal e Encargos Sociais	6.11	(34.626.060)	(33.552.101)
Despesas com Estudos e Projetos	6.12	(2.980.218)	(2.000.599)
Outras Variações do Ativo Circulante		-	(239.100)
Total das Atividades Operacionais (A)		(63.468.438)	(51.740.396)
Atividades de Investimentos			
		2018	2017
Aquisição Imobilizado	6.13	(1.654.006)	(105.800)
Aquisição Intangível	6.14	(9.923.848)	(5.664.058)
		-	-
Ganho sobre Ativo Imobilizado baixado	6.15	1.659.036	-
Baixa de Ativo Imobilizado	6.16	4.959.876	-
Total das Atividades de Investimentos (B)		(4.958.942)	(5.769.858)
Atividades de Financiamentos			
		2018	2017
Repasse recebido	5.4	66.287.638	43.632.212
Crédito para Futuro Aumento de Capital	4.3.2	12.360.204	14.935.525
Receitas de Prestação de Serviço	6.17	1.022.735	-
Receitas Eventuais		-	263
Total das Atividades de Financiamentos (C)		79.670.577	58.568.000
Total Geral (A+B+C)		11.243.197	1.057.746
Disponibilidades – no início do período		12.374.987	11.317.241
Disponibilidades – no final do período		23.618.184	12.374.987

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias


 Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor Presidente
 CPF.: 408.486.207-04


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF.: 159.812.595-00


 Fábio César de Carvalho
 Contador
 CRC/SP 253409/O-9 T-DF


ANEXO VI - Demonstração do Resultado Abrangente


Demonstração do Resultado Abrangente




Histórico	Outros Resultados Abrangentes
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(420.188)
Resultado do Exercício	(742.659)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	(1.162.846)
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(21.316)
Resultado do Exercício	(19.162.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	(20.346.756)
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	894.690
Resultado do Exercício	(20.387.612)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	(39.839.678)
Amortização do Prejuízo pelo Capital Social	39.839.678
Reconhecimento de Ajuste de Exercíc. Anteriores	(20.017.718)
Resultado do Exercício	(12.301.510)
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(32.319.228)
Resultado do Exercício	1.735.567
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(30.583.661)

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis intermediárias


 Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor Presidente
 CPF: 408.486.207-04


 Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF.: 159.812.585-00


 Fábio César de Carvalho
 Contador
 CRC/SP 253409/O-9 T-DF

ANEXO VII - Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012, com sede em Brasília/DF, constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República por meio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, nos termos da Lei nº 13.334 de 13/09/2016.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. E tem por objeto social:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroviário.

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias;

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E BASE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC);

b) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;

c) A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao orçamento, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964 e aspectos societários da Lei nº 6.404/76 em relação à apresentação das Demonstrações Contábeis, com as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09;

d) As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência,



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

observando-se o critério de liquidez e natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados;

e) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como, os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização. Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como Ativos ou Passivos Circulantes;

f) As provisões para contingências são constituídas nas demonstrações contábeis com base nas informações encaminhadas pela Procuradoria Jurídica, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões classificadas como perdas possíveis pela Procuradoria Jurídica estão divulgadas na nota explicativa nº 4.2.2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

3.1 – Ativo Circulante

2018	2017
R\$ 38.111.838	R\$ 13.841.587

Aumento de 175%, reflexo da contabilização da Licença de Instalação – LI entregues recebidas e a receber no período de 2018, sendo que as recebidas, o recurso foi aplicado;

3.1.1 – Banco Conta Movimento

2018	2017
R\$ 4.018.495	R\$ 4.649.667

Redução de 14% em relação ao período anterior, devido a efetiva aplicação de recursos recebidos a título de Receita Própria;

3.1.2 – Aplicação Financeira

2018	2017
R\$ 19.598.751	R\$ 7.723.631

Variação positiva de 154%, gerada pela aplicação dos recursos obtidos como Receita Própria, além do rendimento de aplicação no período de 2018;

3.1.3 – Conta Vinculada

2018	2017
R\$ 938	R\$ 1.689

Diminuição 44%, referente ao resgate de caução de contratos administrativos finalizados em 2018;

3.1.4 – Outros Créditos

2018	2017
R\$ 14.493.654	R\$ 1.466.600

Aumento de créditos a receber na proporção de 888%, a ser evidenciado abaixo:

3.1.4.1 – Estoque

2018	2017
R\$ 110.377	R\$ 133.898

Variação negativa de 18%, referente ao material de almoxarifado consumido no período de 2018, observando-se uma economia de aquisição de material de expediente para o almoxarifado no período;

3.1.4.2 – Adiantamentos a Empregados

2018	2017
R\$ 236.485	R\$ 240.737

Redução de 2% nos adiantamentos de férias e 13º salário a funcionários em 2018;

3.1.4.3 – Imposto a Recuperar

2018	2017
R\$ 876.715	R\$ 704.007

Aumento na conta de imposto a recuperar de 25%, devido ao pagamento do IRPJ e CSLL por estimativa na competência de julho de 2018, e do IRPJ retido sobre a aplicação financeira. Após o encerramento de 2018, o valor será compensado no IRPJ e CSLL a pagar sobre o lucro do período de 2018.

3.1.4.4 – Créditos a Receber

2018	2017
R\$ 12.716.426	R\$ 14.000

Créditos superiores ao ano anterior, devido a contabilização a receber das Licenças de Instalações entregues às Concessionárias vencedoras dos leilões rodoviários efetuados pela União, e que a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT encaminhou a cobrança, informando que a EPL deve receber os valores correspondentes as licenças entregues;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

3.1.4.5 – Despesas Diferidas

2018	2017
R\$ 137.572	R\$ 0

Valor se refere as despesas pagas em 2018, relativas a competência de 2019, e que serão apropriadas na competência devida, sendo o Seguro de Responsabilidade Civil e a Taxa de Condomínio de janeiro de 2019.

3.1.4.6 – Depósito Recursal/Judicial

2018	2017
R\$ 416.079	R\$ 373.958

Aumento de 11% devido a depósitos recursais efetuados em 2018, além da rentabilidade dos depósitos existentes até o fechamento do período.

3.2 – Ativo Não Circulante

2018	2017
R\$ 35.998.981	R\$ 42.058.437

Redução do Ativo Não Circulante na proporção de 14%, principal motivo é à baixa das Licenças de Instalações – LI, entregues as Concessionárias vencedoras do Leilão realizado pela União;

Composição do Ativo Permanente

TÍTULO	31/12/2017	AQUISIÇÕES	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E BAIIXAS	TAXA DE DEPRECIÇÃO %	VALOR RESIDUAL 31/12/2018
BENS MÓVEIS	4.842.615	1.654.006	(2.366.636)		4.129.984
Mobiliário em Geral	1.226.154	107.744	(232.442)	10%	1.101.456
Máquinas e Equipamentos	51.264	129.000	(11.445)	10%	168.819
Aparelhos	9.768		(1.422)	10%	8.346
Computadores e Periféricos	770.206	250.000	(910.347)	20%	109.859
Biblioteca	12.144	8.208	(2.024)	10%	18.328
Equipamentos de Telecomunicação	45.220		(45.220)	20%	0
Software	1.261.996		(769.235)	20%	492.761
Equipamentos Energia Elétrica	1.370.394		(249.465)	10%	1.120.929
Utensílio de Copa e Cozinha	1.324		(224)	10%	1.100
Aparelho de Medição e Orientação	1.760		(640)	10%	1.120
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	46.331	1.159.054	(136.475)	10%	1.068.910
Outros Bens de Uso Duradouro	46.053		(7.697)	10%	38.356
BENS IMÓVEIS	95.454		(95.454)	%	0
Instalações em Bens de Terceiros	95.454		(95.454)	20%	0
TOTAL DO IMOBILIZADO	4.938.069	1.654.006	(2.462.090)		4.129.984



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

INTANGÍVEL	37.120.368	9.923.848	(15.175.219)	%	31.868.997
CESSAO DE USO DE PROGRAMA DE INFORMATICA	1.091.646	6.307.066	(1.828.808)	20%	5.569.904
CT - 12/2013 – BR-116	5.813.859			20%	5.813.859
CT - 09/2014 – BR-153/GO/TO	3.672.758			20%	3.672.758
CT - 04/2014 – BR-153/262/MG	1.690.558		(1.690.558)	20%	0
CT - 32/2013 – BR-101/BA	2.579.937	26.221		20%	2.606.158
CT - 06/2014 – BR-163/MS	4.959.877		(4.959.877)	20%	0
CT - 15/2014 – BR-262/MG	2.392.463			20%	2.392.463
CT - 13/2013 – BR-040/DF/GO/MG	6.653.917	42.059	(6.695.976)	20%	0
CT - 17/2015 – BR-364/MT/GO	2.573.698			20%	2.573.698
CT - 16/2015 – BR-156/476/282/480	2.808.480			20%	2.808.480
CT - 03/2016 – BR-364/GO;365/MG	2.883.176	267.517		20%	3.150.693
CT - 31/2017 – BR-386/RS	0	1.946.741		20%	1.946.741
CT - 13/2016 – Nova Dutra / Concer / Rodovias Galvão	0	888.973		20%	888.973
CT - 03/2018 – BR-040/DF/GO/MG	0	231.233		20%	231.233
CT - 11/2018 – BR-364/MT/RO	0	214.038		20%	214.038

3.2.1 – Imobilizado

2018	2017
R\$ 4.129.984	R\$ 4.938.069

Houve uma redução de 16%, em relação ao exercício de 2017, principal fator foi a depreciação, contudo, conforme evidenciado no quadro acima, ocorreram aquisições de imobilizado no montante de R\$ 1.654.006; e depreciação de imobilizado no montante de R\$ 2.462.090;

3.2.2 – Intangível

2018	2017
R\$ 31.868.997	R\$ 37.120.368

Redução da conta do Intangível no percentual de 14%, que corresponde a baixa das Licenças de Instalações – LI entregues as Concessionárias vencedoras do Leilão de Concessão rodoviária realizado pela União.

Foram realizadas as baixas no montante de R\$ 12.477.034; sendo amortizado em 2018 o montante de R\$ 2.698.185 referente a Software e Estudos, além de aquisições de Software e Estudos no valor de R\$ 9.923.848;

PASSIVO

4.1 – Passivo Circulante

2018	2017
R\$ 5.143.906	R\$ 2.026.745

4.1.1 – Contas a Pagar

2018	2017
R\$ 5.143.906	R\$ 2.026.745

Ocorreu um aumento de 154%, em relação ao período anterior, abaixo evidenciamos as contas que afetaram o aumento realizado. O grupo "Outros débitos" do exercício de 2017 foi inserido no grupo "Contas a Pagar" no exercício de 2018;

4.1.1.1 – Fornecedores

2018	2017
R\$ 87.455	R\$ 1.045.180

Houve uma diminuição de fornecedores a pagar, devido ao fechamento concomitantemente da Contabilidade da Lei nº 6.404/76 com a Contabilidade da Lei nº 4.320/64, encerrada no dia 04 de janeiro de 2019;

4.1.1.2 – Salários a Pagar

2018	2017
R\$ 1.628.248	R\$ 0

Devido a alteração da metodologia de pagamento de salários efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi criado a conta no Balanço Geral da União –BGU, "Conta Única em transição" que se refere aos pagamentos realizados no SIAFI, e não baixados os valores devidos, sendo compensados após a virada do exercício;

4.1.1.3 – Consignações a Recolher

2018	2017
R\$ 58.135	R\$ 3.200

Devido a alteração do método de pagamento de salários efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, os pagamentos de consignados só foram efetivados após a virada do exercício;

4.1.1.4 – Caução

2018	2017
R\$ 938	R\$ 1.689

Diminuição 44%, referente ao resgate de caução de contrato administrativo finalizado em 2018;

4.1.1.5 – Impostos e Taxas a Recolher

2018	2017
R\$ 711.159	R\$ 0

Estão registrados nesta conta, os tributos a recolher sobre o rendimento de aplicação financeira, o IRPJ e a CSLL sobre o lucro do exercício de 2018, descritos abaixo;






NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

PIS	690
COFINS	4.248
IRPJ	512.927
CSLL	193.294
Total	711.159

4.1.1.6 – Credores Diversos

2018	2017
R\$ 0	R\$ 45.329

Estavam contabilizados valores a serem pagos a colaboradores, que foram pagos no exercício de 2018, juntamente com o Cartão do Governo referente as despesas com passagens aéreas;

4.1.1.7 – Provisões Trabalhistas

2018	2017
R\$ 2.657.971	R\$ 931.347

Foi registrado um aumento de 185% com despesas de provisão de pessoal, esse aumento ocorreu devido a solicitação à Gerência de Pessoas da relação de Férias devidas em dezembro. Após retorno, foi identificado que as provisões estavam menores na proporção de R\$ 1.726,624;

TÍTULO	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO %
Provisão Férias + 1/3	1.964.502	679.901	189%
Provisão INSS s/Férias	536.309	193.630	177%
Provisão FGTS s/Férias	157.160	57.816	172%
TOTAL	R\$ 2.657.971	R\$ 931.347	185%

4.2 – Passivo Não Circulante

2018	2017
R\$ 848.897	R\$ 17.764.585

Este grupo é composto pela conta de Provisões para Causas Trabalhistas e Cíveis no total de R\$ 848.897;

4.2.1 – Créditos para Aumento de Capital

2018	2017
R\$ 0	R\$ 17.416.457

Redução total do saldo dos Adiantamentos para Aumento de Capital-AFACs, decorrentes de repasses recebidos no período de novembro de 2015 a dezembro de 2016, para aplicação em investimentos, totalizando R\$ 14.682.650, mais a atualização monetária aplicada pela taxa SELIC nos termos do Decreto 2.673/98, que totalizam R\$ 2.048.549, e repasses recebidos em 2017 no valor de R\$ 4.500.000, integralizados na Assembleia Geral Extraordinária – AGE, de 21/03/2018 e na Assembleia Geral Ordinária – AGO, de 17/04/2018;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

4.2.2 – Provisões p/ Causas Trabalhistas e
Cíveis

2018	2017
R\$ 848.897	R\$ 348.128

Varição de 144%, referente ao posicionamento da Procuradoria Jurídica Geral da EPL, em que classifica os processos como prováveis, possíveis ou remoto, aumentando o quantitativo de ações com pagamento provável, em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 25;

PROCESSO	ORIGEM	2018	2017
001381-03.2014.5.10.0017	Trabalhista	0	50.000
001689-60.2014.5.10.0010	Trabalhista	0	30.000
001719-71.2014.5.10.0018	Trabalhista	30.000	30.000
001235-24.2016.5.10.0006	Trabalhista	80.000	80.000
001070-05.2015.5.10.0008	Trabalhista	0	35.870
005013-88.2015.5.10.0021	Trabalhista	40.000	40.000
000107-42.2016.5.10.0014	Trabalhista	80.000	80.000
001612-08.2015.5.10.0013	Trabalhista	0	2.258
000486-74.2016.5.10.0016	Trabalhista	50.000	0
000345-27.2017.5.10.0014	Trabalhista	79.392	0
001253-24.2016.5.10.0013	Trabalhista	179.056	0
001217-91.2016.5.10.0009	Trabalhista	310.449	0
TOTAL		848.897	348.128

Em atendimento ao CPC 25 e com a relação da Procuradoria Jurídica Geral desta EPL, todos os processos judiciais com a situação de possível pagamento, atualizados até 31/12/2018, os quais totalizam o valor de R\$ 50.889.981, evidenciados no quadro abaixo:

Processo	Origem	Valor
001013-11.2016.5.10.0021	Trabalhista	10.990
001437-71.2016.5.10.0015	Trabalhista	56.512
001629-28.2016.5.10.0007	Trabalhista	80.000
000518-57.2017.5.10.0012	Trabalhista	40.000
000535-72.2017.5.10.0019	Trabalhista	80.000
001656-38.2017.5.10.0019	Trabalhista	350.000
001617-77.2017.5.10.0007	Trabalhista	340.000
072590-04.2014.4.01.3400	Cível	1.217.763
005357-53.2015.4.01.3400	Cível	47.723.499
090022-36.2014.4.01.3400	Cível	481.340
000954-32.2016.5.10.0018	Trabalhista	60.000
000360-92.2018.5.10.0003	Trabalhista	449.877
TOTAL		50.889.981



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

4.3 – Patrimônio Líquido

2018	2017
R\$ 68.118.016	R\$ 36.108.694

Ocorreu um aumento de 89%, composto do quadro abaixo:

	2018	2017
Capital Social Integralizado	86.341.473	53.492.396
Crédito Aumento Capital Social	12.360.204	14.935.525
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-30.583.661	-32.319.228
Total	R\$ 68.118.016	R\$ 36.108.694

4.3.1 – Capital Integralizado

2018	2017
R\$ 86.341.473	R\$ 53.492.397

Aumento do capital social em 61%, devido a integralização no valor de R\$ 17.662.580 por meio da AGE em 21/03/2018 e R\$ 15.186.496 na AGO em 17/04/2018;

4.3.2 – Crédito p/ Aumento de Capital Social

2018	2017
R\$ 12.360.204	R\$ 14.935.525

Redução de 17%, em relação a 2017, refere-se aos créditos repassados pela União no exercício de 2018 para utilização em investimentos, e o valor de R\$ 14.935.525 referente a 2017 foi integralizado na AGO de 17/04/2018;

4.3.3 – Lucro ou Prejuízo Acumulado

2018	2017
R\$ (30.583.661)	R\$ (32.319.228)

Houve uma diminuição do Prejuízo acumulado de 5%, em relação a 2017 devido ao Lucro do exercício de 2018 no valor de R\$ 1.735.567;

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

5.1 – Receitas Operacionais

2018	2017
R\$ 1.031.180	R\$ 0

Refere-se a prestação de serviço de Estudo de Viabilidade Técnica da Área BEL05, BEL06 e MIR01 – Leilão de Cessão de Uso Onerosa de Áreas da Companhia Docas do Pará.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

5.2 – Despesas Operacionais

2018	2017
R\$ 73.219.644	R\$ 55.172.734

As despesas Operacionais da EPL estão classificadas em Administrativas que englobam o custeio, relacionadas a atividade meio e as Despesas com Infraestrutura, que estão relacionadas as atividades de Pesquisas, Estudos e Projetos da área finalística.

Essas despesas tiveram aumento de 32,7% comparadas à 2017, detalhadas a seguir;

5.2.1 – Pessoal e Encargos

2018	2017
R\$ 36.352.684	R\$ 33.144.288

Variação 9,68% em relação a 2017, um dos principais fatores foi a adequação da provisão férias no montante de R\$ 1.726.624; além do impacto do reajuste de pessoal;

5.2.2 – Despesa com Material de Consumo

2018	2017
R\$ 187.834	R\$ 32.074

Ocorreu um aumento de 485% das despesas com material de consumo, este consumo é referente ao material de almoxarifado e do material utilizado na prestação de serviço nos contratos de manutenção Predial e de TI;

5.2.3 – Serviço de Terceiros

2018	2017
R\$ 12.688.818	R\$ 9.335.219

Nesta rubrica estão alocadas as despesas diretas com manutenção da EPL, ocorreu um aumento de 36% comparado a 2017. Principais motivos para o aumento foi contrato de suporte técnico de informática e contrato de apoio administrativo;

5.2.4 – Outros Serviço de Terceiros

2018	2017
R\$ 1.043.167	R\$ 1.029.736

Estão contabilizados neste grupo, despesas de Água, Energia, Telefone, Correio, Seguro e Passagens aéreas, houve aumento de 1% em relação a 2017;

5.2.5 – Despesas Tributárias

2018	2017
R\$ 509.892	R\$ 227.519

Em 2017, houve o pagamento do Diferencial de Alíquota de ICMS, ocasionado pelo Auto de Infração do GDF cujo o fato gerador foi em março de 2013, o que aumentou em 124% as despesas tributárias em 2018;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

5.2.6 – Despesas com Depreciação e Amortização

2018	2017
R\$ 5.160.276	R\$ 4.093.573

Em relação a 2017, houve aumento de 26%, devido a aquisição de Software com vida útil de 36 meses;

5.2.7 – Provisões com Causas Trabalhistas

2018	2017
R\$ 500.769	R\$ 80.000

Variação de 525%, devido ao fato dos processos judiciais terem passado a condição de prováveis, conforme entendimento da Procuradoria Jurídica da EPL, desta forma, foram contabilizados de acordo com o CPC 25;

5.2.8 – Despesa com Estudos e Projetos

2018	2017
R\$ 2.980.219	R\$ 2.000.599

Aumento de 48% das despesas com Estudos e Projetos referente a BR-262/381/MG e BR-262/ES, sendo a maior relevância o Contrato Administrativo nº 13/2016 na importância de R\$ 2.573.753;

5.2.9 – Despesa com Convênios e Congêneres

2018	2017
R\$ 13.795.985	R\$ 5.229.726

Nos acordos firmados pela EPL, houve um aumento nos repasses de 163% comparado com 2017, conforme quadro abaixo:

Termo	2018	2017
Acordo de Cooperação Técnica 01/2013 - PNUD	11.670.360	0
Termo de Execução Descentralizada 01/2016 - IPEA	705.269	700.588
Termo de Compromisso 01/2015 - Dersa	1.420.356	4.529.138
Total	R\$ 13.795.985	R\$ 5.229.726

5.3 – Receitas e Despesas Financeiras

2018	2017
R\$ 1.682.001	R\$ (758.353)

No exercício de 2018, houve um superávit comparado a 2017 devido as receitas financeiras.

5.3.1 – Receita Financeira

2018	2017
R\$ 2.359.423	R\$ 816.220

Variação de 189%, obtida pela receita de juros no recebimento pela entrega da Licença de Instalação – LI referente a BR-163/MS.

5.3.2 – Despesa Financeira

2018	2017
R\$ 677.422	R\$ 1.574.573

Diminuição de 56% considerando que houve integralização da atualização monetária (SELIC) residual na AGO de 17/04/2018, contudo houve o pagamento de juros sobre o Auto de Infração do GDF;

5.4 – Subvenção para Custeio

2018	2017
R\$ 66.287.638	R\$ 43.632.212

Corresponde as receitas de repasses de subvenções governamentais para manutenção do custeio da unidade. Comparando com 2017, houve acréscimo de 51%, gerado principalmente pelas despesas com Estudos e Projetos, Termo de Compromisso, Contratos de Apoio Administrativo e Acordos de Cooperação;

5.5 – Outras Despesas e Receitas Operacionais

2018	2017
R\$ 6.888.491	R\$ 263

Estão registradas nesta conta, Outras Receitas e Despesas, que não caracterizam prestação de serviço efetiva;

5.5.1 – Alienação de Bens

2018	2017
R\$ 6.848.304	R\$ 0

Nesta conta, são contabilizados os ganhos sobre a entrega da Licença de Instalação – LI, da BR-163/MS, BR-153/262/MG e BR-040/MG;

5.5.2 – Outras Receitas Operacionais

2018	2017
R\$ 40.187	R\$ 263

São ressarcimentos de despesas de pequeno valor que no total compõe o valor evidenciado;

5.6 – Despesa Não Operacional

2018	2017
R\$ 111.870	R\$ 2.898

Estão registradas as multas de Auto de Infração, que são despesas não operacionais, sendo a Multa por atraso de GEFIP e multa por não recolhimento de Diferencial de Alíquota de ICMS;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

5.7 – Lucro Bruto

2018	2017
R\$ 2.441.788	R\$ (12.301.510)

Aumento do resultado em 120%, comparado com 2017, principal reflexo foi a Receita pela entrega das Licenças de Instalações as concessionárias vencedoras do Leilão rodoviário realizado pela União;

5.7 – Lucro Líquido

2018	2017
R\$ 1.735.567	R\$ (12.301.510)

Após o registro do Lucro no exercício de 2018 no valor de R\$ 2.441.788, foi registrado o IRPJ no valor de R\$ 512.927 e a CSLL no valor de R\$ 193.294 sobre o Lucro, finalizando o exercício o Lucro Líquido de R\$ 1.735.567, valor esse que amortizará o prejuízo acumulado até 2017;

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

6.1 – Receita Financeira

2018	2017
R\$ 2.319.406	R\$ 816.220

Receita de recursos financeiros superior em 184% no exercício de 2018, referente ao rendimento de aplicação financeira, e o recebimento de juros sobre o atraso no recebimento da entrega da Licença de Instalação da BR163/MS;

6.2 – Fornecedores

2018	2017
R\$ (13.862.120)	R\$ (10.397.030)

Varição positiva de 33% motivada pela contratação de suporte de TI, Apoio Administrativo, e manutenção predial no exercício de 2018;

6.3 – Despesa com Convênios e Congêneres

2018	2017
R\$ (13.795.985)	R\$ (5.229.726)

Aumento de 164% nos repasses a acordos de cooperação, termos de execução descentralizada e termo de compromisso da EPL, detalhado no item 5.2.9;

6.4 – Adiantamentos a Empregados

2018	2017
R\$ 4.252	R\$ 18.609

Ocorreu uma redução de novos adiantamentos a empregados no exercício de 2018 na proporção de R\$ 4.252 em relação a 2017;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

6.5 – Impostos a Recuperar

2018	2017
R\$ (327.449)	R\$ (75.614)

Ocorreu uma variação de 333%, ocasionada pelo pagamento do IRPJ e CSLL pago por estimativa em julho de 2018, além do IRRF retido sobre o ganho da aplicação financeira da EPL;

6.6 – Despesas Diferidas

2018	2017
R\$ (137.572)	R\$ 0

Estão contabilizados os valores pagos do Seguro de Responsabilidade Civil e Taxa Condominial referente a janeiro de 2019;

6.7 – Depósito Recursal

2018	2017
R\$ (42.121)	R\$ (1.819)

Valores referentes aos depósitos recursais realizados no exercício de 2018, aumento de 2.216% em relação aos efetuados em 2017;

6.8 – Pagamento de Obrigações

2018	2017
R\$ 691.180	R\$ (670.064)

Devido a alteração de procedimento de pagamento da folha de pagamento pela Secretaria do Tesouro Nacional, houve um aumento das obrigações em 2018, em relação a 2017;

6.9 – Despesas Tributárias

2018	2017
R\$ (422.662)	R\$ (227.519)

Em 2018, aumentou 86% o pagamento despesas tributárias, devido ao do Auto de Infração do GDF, sobre o Diferencial de Aliquota de ICMS;

6.10 – Despesas Financeiras

2018	2017
R\$ (292.198)	(2.898)

Devido ao Auto de Infração do GDF, referente ao Diferencial de Aliquota de ICMS, houve o pagamento de juros e multas financeiras em 2018;

6.11 – Pessoal e Encargos Sociais

2018	2017
R\$ (34.626.060)	R\$ (33.552.101)

Houve Aumento das despesas com pessoal, no percentual de 3% em relação a 2017, consequência do Acordo Coletivo celebrado em 2018;



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

6.12 – Despesa com Estudos e Projetos

2018	2017
R\$ (2.980.218)	R\$ (2.000.599)

Aumento de 49% dos pagamentos de Estudos e Projetos que auxiliam a atividade fim da EPL;

6.13 – Aquisição de Imobilizado

2018	2017
R\$ (1.654.006)	R\$ (105.800)

Reflexo da aquisição de equipamento de Áudio e Vídeo da Sala Plenária e do Auditório da EPL, ocorreu o aumento de 1.463% nos pagamentos de aquisição de imobilizado em 2018, melhor detalhando no item 3.2;

6.14 – Aquisição de Intangível

2018	2017
R\$ (9.923.848)	R\$ (5.664.058)

Ocorreu um aumento de 75% nas aquisições de intangíveis em 2018, principal fator foi a aquisição do Software, evidenciado no quadro do item 3.2;

6.15 – Ganho sobre Ativo Imobilizado baixado

2018	2017
R\$ 1.659.036	R\$ 0

Ganho sobre Licença de Instalação baixada no exercício de 2018, cujo o valor já foi recebido da Concessionária vencedora do Leilão realizado pela União, referente a BR163/MS;

6.16 – Baixa do Ativo Imobilizado

2018	2017
R\$ 4.959.876	R\$ 0

Baixa da Licença de Instalação entregue a Concessionária vencedora do Leilão realizado pela União, referente a BR163/MS;

6.17 – Receita de Prestação de Serviço

2018	2017
R\$ 1.022.735	R\$ 0

Refere-se ao valor financeiro líquido recebido pela prestação de serviço de Estudos de Viabilidade Técnica das áreas BEL05, BEL06 e MIR01 – Leilão de Cessão de Uso Onerosa de Áreas da Companhia Docas do Pará.



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018

QUADRO DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO SALARIAL EPL

Relação	Gratificação			Benefícios			
				Saúde			Refeição
	Menor	Maior	Média	Menor	Maior	Média	
Conselheiros	3.171,38	3.171,38	3.171,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Diretores	29.274,26	29.274,26	29.274,26	0,00	0,00	0,00	429,00
Demais	5.886,25	23.544,98	14.716,61	120,08	241,33	180,70	667,30

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS - R\$ 1.740.540 de conformidade com CPC-Comitê de Pronunciamento Contábil, relacionamos abaixo os benefícios que os colaboradores receberam em 2018:

Auxílio Creche	138.918
Auxílio Alimentação	1.014.033
Assistência Médica	336.250
Adicional por Tempo de Serviço (Pessoal requisitado com ônus)	14.939
Alena Salarial	206.000
TOTAL	1.740.540

Quadro comparativo entre as Leis 4.320/64 e 6.404/76

Em atendimento ao Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União de 06/11/2006, apresentamos o quadro dos saldos levantados pelo sistema contábil Societário e sistema SIAFI, em 31/12/2018, com as respectivas informações:

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO	SOCIETÁRIO	SIAFI	DIFERENÇA	NOTA
Disponível	23.618.184,30	23.618.184,30		
Estoques	110.376,66	110.376,66		
Adiantamentos	236.484,54	236.484,54		
Outros Valores a Receber	12.716.425,83	12.716.425,83		
Impostos a recuperar	876.715,28	876.715,28		
Depósito Recursal	137.572,48	137.572,48		

Depósito Judicial	177.268,50	177.268,50		
Imobilizado	238.810,37	238.810,37		
Intangível	4.129.984,19	4.129.984,19		
Total Ativo	74.110.819,52	74.110.819,52		
PASSIVO	SOCIETÁRIO	SIAM	DIFERENÇA	NOTA
Contas a pagar	4.286.218,30	4.286.218,30		
Consignações a recolher	58.135,43	58.135,43		
Encargos Sociais a recolher	706.220,75	706.220,75		
Fornecedores	87.455,41	87.455,41		
Impostos e Taxas a recolher	4.938,19	4.938,19		
Passivo Cauções	938,36	938,36		
Provisões	848.896,81	848.896,81		
Crédito para Aumento de Capital	12.360.204,77	12.360.204,77		
Capital Social	86.341.472,53	86.341.472,53		
Prejuízo Acumulado	-30.583.661,03	-30.583.661,03		
Total Passivo	74.110.819,52	74.110.819,52		

Nota Explicativa

Devido ao encerramento do exercício de 2018, foram tomadas providências no sentido de acompanhamento diário das contabilizações. Dessa forma, todos os lançamentos foram realizados tanto na Contabilidade da Lei nº 0.404/70, quanto da Lei nº 4.320/64, que não gerou nenhuma divergência entre os balanços.


Jorge Luiz Macedo Bastos
 Diretor Presidente
 CPF: 408.486.207-04


Adailton Cardoso Dias
 Diretor
 CPF: 159.812.585-00


Fábio César de Carvalho
 Contador
 CRC SP - 253409/O-9 T-DF

6. DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores.



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os ocupantes de cargos comissionados temporários de livre provimento da Empresa de Planejamento e Logística S.A (EPL) obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a Gerência de Pessoas, Conhecimento e Inovação (GEPES) para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 24 de junho de 2019.


ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
CPF 180.777.568-24
Diretor-Presidente
Empresa de Planejamento e Logística (EPL)